

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO DE GRADUAÇÃO II

DÉBORA BRANDÃO CUNHA

**ANÁLISE DE INTERVENÇÕES EM EDIFICAÇÕES
PATRIMONIAIS ADAPTADAS A USOS CONTEMPORÂNEOS
O CASO DO BAIRRO DO RECIFE**

RECIFE

DEZEMBRO/ 2016

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO DE GRADUAÇÃO II

DÉBORA BRANDÃO CUNHA

**ANÁLISE DE INTERVENÇÕES EM EDIFICAÇÕES
PATRIMONIAIS ADAPTADAS A USOS CONTEMPORÂNEOS
O CASO DO BAIRRO DO RECIFE**

Trabalho de Graduação desenvolvido pela aluna Débora Brandão Cunha, orientado pela Prof^a. Laura Karina Nobre Alecrim, apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas da Instrução Cristã como 2º Exercício da disciplina de Trabalho de Graduação 2, ministrada pelos Prof^{as}. Anna Karina Borges de Alencar.

RECIFE

DEZEMBRO/ 2016

Cunha, Débora Brandão

Análise de intervenções em edificações patrimoniais adaptadas a usos contemporâneos: o caso do bairro do Recife. / Débora Brandão Cunha. - Recife: O Autor, 2016.

107 f.; il.

Orientador(a): Prof^a. Ms. Laura Karina Nobre Alecrim

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.
Trabalho de conclusão de curso, 2016.**

Inclui bibliografia.

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Edificações históricas. 3. Patrimônio arquitetônico. 4. Recife. I. Título.

**72 CDU (2.ed.)
720 CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2016-483**

À minha mãe

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por sempre guiar meus passos.

À professora Laura Alecrim, quem tive o prazer de escolher para ser minha orientadora nesse trabalho. Ela quem me ajudou em todos os momentos, me dando forças e estímulo para prosseguir, nunca desacreditando de mim.

À minha família, em especial à minha mãe, Betânia, pelo amor incondicional. Ela quem me criou sozinha e me fez ser quem sou hoje, quem me consolou em horas de desesperos, me amparou e está sempre ao meu lado para me dar forças para seguir em frente. À minha segunda mãe Graça, quem sempre esteve ao meu lado desde pequena, brigando sempre comigo e me amando ao mesmo tempo. Ao meu irmão, Daniel, que mesmo sendo reservado, nos meus momentos de fraqueza, demonstra o amor que sente por mim e me ajudou em uma parte considerável deste trabalho. À minha tia, minha madrinha, minha mãe, Beatriz, que mesmo longe me ligava para saber do trabalho e me deu pleno apoio para conseguir vencer este desafio. E para sempre, à minha estrela, minha avó, quem não está mais presente, porém sei que me protege com todo amor que tem por mim.

Ao meu namorado, Pedro, quem tive a sorte de encontrar na caminhada da vida e que sempre me incentivou, me apoiou, consolou e compreendeu todos os dias em que estive estressada por conta da Faculdade. Ele que não mediu esforços para me ajudar a prosseguir essa caminhada e que está sempre ao meu lado nos piores e melhores momentos da vida.

Aos meus amigos, em especial as comédias que essa Faculdade me trouxe, Maria Eduarda e Camilla, que tornaram a faculdade mais leve e divertida e que hoje são mais do que colegas de curso, se tornaram amigas para vida toda.

Agradeço também aos arquitetos Gabriela Matos, Gustavo Rocha, Rafael Souto e Marcos Simão que disponibilizaram de seu tempo para me ajudar nesta pesquisa.

As pessoas que trabalham no Iphan, em especial Xerô, Patrícia e Lú, pessoas que trabalham nos arquivos e biblioteca do Iphan-PE e que me deram auxílio neste trabalho, procurando caixas, documentos e guardando e tirando sempre que eu precisava ir ao Iphan.

Por fim, não menos importante, aos professores da Faculdade Damas, os quais propuseram meu aprendizado nessa jornada de cinco anos e que farão parte eternamente da minha vida.

Somos a memória que temos e a responsabilidade
que assumimos. Sem memória não existimos, sem
responsabilidade talvez não mereçamos existir.

José Saramago

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo discutir a reutilização de edificações históricas a fim de identificar como elas se adaptam a usos contemporâneos ao mesmo tempo em que mantém os atributos que as tornaram patrimônio histórico. O Bairro do Recife, em Recife, Pernambuco, foi escolhido como objeto empírico deste trabalho, sendo este tombado como Patrimônio Histórico em nível federal. A pesquisa aqui exposta se justifica pela quantidade de edificações abandonadas, que contribuem com o esvaziamento de sítios históricos, gerando a perda de identidade da população. Para isto, foram selecionadas seis edificações para estudo de caso, todas localizadas no Bairro do Recife, que enfocam a preservação dos bens patrimoniais existentes através de sua reintegração com usos contemporâneos.

Palavras chaves: intervenção – Bairro do Recife – patrimônio arquitetônico.

ABSTRACT

This research has the objective of discussing the reutilization of historical buildings with the end of identifying how they adapt to the contemporary use while still maintaining the attributes that made them become historical assets. The Bairro do Recife, in Recife, Pernambuco, was chosen as an empirical objective of this assignment, being it protected as historical asset in a federal level. The research here exposed justifies for the quantity of abandoned buildings, which contributed with the emptying of historical sites, generating a loss of identity of the population. From this, there were selected six buildings to the analysis, all located in the Bairro do Recife, which focus the preservation of patrimonial goods existing beyond your reintegration with contemporary uses.

Key-words: Intervention – Bairro do Recife – architectural asset

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Na cor preta a cidade colonial a partir do mapa de Douglas Fox e na cor vermelha o novo desenho do Bairro.	29
Figura 2: Avenida Marques de Olinda.....	30
Figura 3: Mapa de localização do Bairro do Recife	33
Figura 4: Imagem aérea do Bairro do Recife	33
Figura 5: Marco Zero – variedade de estilos	35
Figura 6: Maquete digital do Bairro do Recife com indicação, na cor vermelha, do setor de tombamento dos Conjuntos Ecléticos	35
Figura 7: Caracterização fachadas históricas	36
Figura 8: Setorização do Bairro do Recife segundo Decreto nº11.692 de 1980.	38
Figura 9: Zoneamento do Bairro do Recife segundo Lei nº 16.290 de 1997	40
Figura 10 - perímetro de tombamento do Bairro do Recife	41
Figura 11: Mapa com destaque para imóveis selecionados para análise	44
Figura 12: Localização – Caixa Cultural	45
Figura 13: Imóvel da Caixa Cultural	45
Figura 14: Imóvel sede do London Bank	46
Figura 15: Pavimento térreo antes da reforma	47
Figura 16: Pavimento térreo após reforma	47
Figura 17: Coberta antes da reforma.....	47
Figura 18: Vista central do imóvel com coberta em telha transparente.....	47
Figura 19: Planta baixa térreo.....	48
Figura 20: Planta baixa mezanino.....	49
Figura 21: Planta baixa primeiro pavimento	50
Figura 22: Vista do pavimento térreo com elementos novos inseridos juntamente com os já existentes na edificação.....	51
Figura 23: Escavações aparentes, coberta com estrutura metálica e vidro	51
Figura 24: Planta baixa com destaque para elevador “restaurado”	52
Figura 25: Elevadores existentes na edificação a partir de intervenção ocorrida em 2008, com destaque para “elevador restaurado”.....	52
Figura 26: Planta Baixa do imóvel com destaque para mezanino	53
Figura 27: Mezanino	53
Figura 28: Localização - Cesar	54
Figura 29: Fachada Rua do Brum.....	55
Figura 30: Fachada Cais do Apolo	55
Figura 31: Corte isométrico para visualização do volume a ser intervindo (em destaque como bloco novo) diferenciando do projeto anterior, intervindo em 2006.	56
Figura 32: Planta baixa - térreo	57
Figura 33: Planta baixa - mezanino	57
Figura 34: Planta baixa -primeiro pavimento.....	57
Figura 35: Planta baixa - segundo pavimento	57
Figura 36 - Corte com destaque para escada que interliga verticalmente todos os pavimentos	58
Figura 37: Escada em estrutura metálica localizada no pátio central	58
Figura 38 - Perspectiva destacando condensadores e caixas d’água	59

Figura 39: Pavimento térreo - planta baixa com destaque para área de geradores e subestação	59
Figura 40: Mezanino - Planta baixa com destaque para área técnica	59
Figura 41: Fachada Cais do Apolo antes da reforma de 2013.....	60
Figura 42: Coberta com telha de fibrocimento	61
Figura 43: Vista do pátio com coberta, este designado como área de solo natural	61
Figura 44: Prospeção da fachada do imóvel voltado para o Cais do Apolo	62
Figura 45: Prospeção fachada; Remoção de faixa de reboco, altura de 0,30m.	62
Figura 46: Prospeção fachada; Remoção de faixa de reboco, altura de 0,30m.	62
Figura 47: Localização	63
Figura 48 - Fachada Rua do Brum.....	63
Figura 49: Planta baixa pavimento térreo destacando salão 1 e 2.	64
Figura 50: Fachada do imóvel determinado pelas aberturas 1, 2 e 3, sendo essas respectivamente, a exabaixadora dos bonecos gigantes (1) salão 2 (2) e a entrada principal da edificação (3).....	65
Figura 51: Planta baixa mezanino inserido no terceiro pavimento.....	66
Figura 52: Destaque para mezanino inserido no terceiro pavimento com acesso ao terraço existente na coberta.....	66
Figura 53: Beco interligando edificações, servindo como circulação entre as salas existentes nos pavimentos.....	67
Figura 54: Corte com beco interligando volumes, aprovado em 1997	67
Figura 55: Corte representando o imóvel restaurado com beco interligando volumes.....	67
Figura 56: Sala de Reunião em escritório localizado no 1º pavimento	68
Figura 57: Recepção de escritório localizado no 1º pavimento.....	68
Figura 58: Mapas comparativos datados de 1808 e 1854 com indicação do beco.	70
Figura 59: Localização – Casa de Actus.....	71
Figura 60: Imóveis em análise, da esquerda para direita, nº 146, 140 e 134	71
Figura 61: Escada em madeira e estrutura metálica	72
Figura 62: Vista pavimento térreo com destaque para elevador	73
Figura 63: Bacia sanitária suspensa com tubulação de parede.....	73
Figura 64: Terraço (antigo Beco da Luxúria).....	75
Figura 65: Terraço (antigo Beco da Luxúria).....	75
Figura 66: Esquadrias e ornamentos recuperados	75
Figura 67: Vista da cozinha com ornamento inserido	75
Figura 68: Espaço para eventos com detalhe para estrutura em madeira do mezanino	76
Figura 69 - Portas e gradis recuperados e portão em modelo clássico inserido no projeto	76
Figura 70: Vista escadaria e mezanino	76
Figura 71: Portal com ornamentação nova seguindo a curvatura já existente no outro imóvel.	76
Figura 72: Vista do escritório com ornamento recuperado	77
Figura 73 - Parede original com ornamentação nova	77
Figura 74 - Portas recuperadas	77
Figura 75: Localização – Porto Mídia.....	78
Figura 76: Fachada Rua do Apolo 181 e 175	79
Figura 77: Fachada lateral, Apolo 181.....	79
Figura 78: Fachada Cais do Apolo, 212.....	79
Figura 79 - Coberta do sobrado 181 e 175 da Rua do Apolo.	80

Figura 80 – Esquadrias deterioradas	80
Figura 81 - Ultimo pavimento, com área interna exposta.....	80
Figura 82: Sala para produção e reprodução de filmes.....	82
Figura 83: Sala para produção e reprodução de filmes.....	82
Figura 84: Sala para produção de som.....	82
Figura 85: Térreo - área de produção.....	83
Figura 86: Térreo - área de produção.....	83
Figura 87: Planta baixa mezanino – imóvel nº 181 e 175.....	83
Figura 88: Empresa instalada em uma das salas de produção existentes no mezanino	83
Figura 89: Planta baixa - segundo pavimento	84
Figura 90: Planta baixa – pavimento térreo imóvel 212	84
Figura 91: Planta baixa - segundo pavimento imóvel 212	85
Figura 92: Vista interna do imóvel 212	85
Figura 93 - Arcos existentes	86
Figura 94 – Arcos restaurados.....	86
Figura 95 - Vista interna da porta central no térreo antes da restauração	86
Figura 96 - Vista interna da porta central no térreo após restauração	86
Figura 97 - Corte, destacando altura do pé direito do térreo, com 4,64 metros, diferente dos outros pavimentos, com aproximadamente 2,45 metros – imóveis nº 181 e 175.....	87
Figura 98 - último pavimento do imóvel Cais do Apolo nº 212, sem uso de forro de gesso...	87
Figura 99 - Solução proposta para os banheiros: exaustor com saída para cobertura estando no mesmo nível da edificação.	88
Figura 100 - Interligação dos imóveis através da demolição da parede em alvenaria.....	89
Figura 101 - Vista da interligação entre imóveis da Rua do Apolo com o do Cais do Apolo .	89
Figura 102 - Sala do primeiro pavimento com piso em madeira.....	90
Figura 103 – Localização - FCA	91
Figura 104 - Fachada Rua do Apolo	91
Figura 105 - Fachada Cais do Apolo	91
Figura 106- Registro histórico do ano de 1924, referente ao corte e planta baixa da edificação.	92
Figura 107 – Planta de cobertura	92
Figura 108: Corte.....	93
Figura 109: Corte com destaque para interligação dos imóveis.....	93
Figura 110: Vista da parte sem cobertura e passarela entre o primeiro pavimento	93
Figura 111: Vista da parte sem cobertura e passarela entre os blocos.....	93
Figura 112 - Situação da intervenção ocorrida no imóvel anterior a intervenção de 2012 (1) e a situação do imóvel em 1924 (2).	94
Figura 113 - Fachada Rua do Apolo representada no projeto com três portas	94
Figura 114 – Fachada atual da Rua do Apolo	94
Figura 115 - perspectiva com destaque para a proposta de criar um novo pavimento	95
Figura 116 – perspectiva geral da proposta com a edificação voltada para Rua do Apolo com dois pavimentos	95
Figura 117 - Planta baixa térreo.....	96
Figura 118 - Planta baixa primeiro pavimento	96
Figura 119 -Planta baixa segundo pavimento	96
Figura 120 – Beco fechado com gradis.....	98
Figura 121 - “Laje técnica” funcionando com terraço.....	100

Figura 122 - Equipamento em “laje técnica”	100
Figura 123 - Fachada após restauração	101
Figura 124 - Fachada prévia a restauração.....	101

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	O patrimônio histórico edificado e a significância em centros históricos	15
2.2	Intervenções em edifícios de interesse patrimonial	18
2.2.1	Teorias Intervencionistas	18
2.2.2	Cartas patrimoniais	20
3	MÉTODOS DE PESQUISA	25
4	O BAIRRO DO RECIFE	28
4.1	Histórico e evolução do bairro do Recife	28
4.2	Identificação dos elementos característicos do bairro	33
4.3	Legislação.....	37
5	ANÁLISE E RESULTADOS.....	44
5.1	Caixa Cultural.....	45
5.2	CESAR.....	54
5.3	Empresarial Bom Jesus	63
5.4	Casa de Actus	71
5.5	Porto Mídia.....	78
5.6	FCA.....	91
5.7	Análise comparativa dos estudos de caso	97
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

A noção de patrimônio abrange todos os bens materiais e imateriais, naturais ou construídos, pertencentes a uma pessoa ou população. O patrimônio edificado, se constitui por edificações isoladas ou conjuntos de edificações. Ao longo do tempo, este conceito foi passível de alteração a fim de englobar desde edificações mais monumentais até as mais simples, como um casario em um contexto histórico.

A preservação destes bens patrimoniais, tem por finalidade conservar a identidade de uma população, expressando modos de vidas distintos da realidade de uma sociedade em determinada época.

Visando a conservação destes bens edificados, é de senso comum que as edificações tendem a ser mais preservadas quando estas estão sendo utilizadas. Entretanto, na maioria das vezes, por falta de informação, a população acaba acreditando que o patrimônio é sinônimo de algo imutável e que este não pode sofrer nenhum tipo de alteração.

A partir disto, esta pesquisa discute como edificações históricas podem ser adaptadas às necessidades contemporâneas ao mesmo tempo que mantém as características que as tornaram patrimônio nacional. Para tal, têm-se como objeto de estudo empírico edificações localizadas no Bairro do Recife, na cidade de mesmo nome, que sofreram intervenções desde 1998, quando o bairro foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

Justifica-se essa pesquisa em função do abandono das edificações e conseqüentemente o esvaziamento dos sítios históricos, como ocorrido no Bairro do Recife na década de 1970. Esse descuido contribui para a perda de identidade da população, resultando em áreas abandonadas e degradadas com o passar do tempo. Para tal, é indispensável considerar propostas de novos usos, que incluam a reutilização desses imóveis históricos. Por conseguinte, projetos de intervenções visando a instalação de usos contemporâneos em edificações de caráter patrimonial, têm contribuído para requalificação e dinamização de áreas históricas.

A carência de conhecimento sobre o tema relacionado ao patrimônio, em geral, resulta em prejuízo para os habitantes que acabam sofrendo por essa deficiência de informação. Grande parte da população vê o patrimônio como algo imutável, passível de algum tipo de requalificação, da inserção de novos usos, muitas vezes ao tratar de patrimônio, acaba tratando ele de forma isolada, ignorando o contexto atual em que este se insere. Isto proporciona a

continua construção de edificações em outras áreas da cidade, visando atender essa demanda contemporânea. Portanto, é indispensável a discussão de como novos usos e patrimônio podem coexistir de modo harmônico, para que haja uma dinâmica contínua do bem com a contemporaneidade do local em que este se insere.

O objetivo geral deste trabalho é analisar intervenções em edificações históricas, a fim de entender se e como essas intervenções estão se adaptando as necessidades contemporâneas ao mesmo tempo em que mantém as características patrimoniais. Tem-se como objetivos específicos:

Realizar estudos bibliográficos sobre a requalificação de edificações históricas;

Realizar pesquisas históricas sobre o Bairro do Recife, a fim de entender a sua formação e evolução ao longo do tempo;

Identificar as características que tornaram o Bairro patrimônio nacional;

Analisar edificações históricas no Bairro do Recife que sofreram intervenções desde 1998, com o objetivo de analisar como a adaptação a novos usos se relacionam com os atributos identificados.

Para isto, a pesquisa se desenvolveu em etapas metodológicas, iniciando com a pesquisa bibliográfica, onde foi feito o levantamento de referenciais teóricos pré-existentes relacionados ao tema de patrimônio e intervenções em edifícios de interesse patrimonial. Em seguida foi sucedido a pesquisa histórica, em mapas e em outras pesquisas já realizadas sobre o Bairro do Recife com objetivo de compreender a sua formação, evolução e a identificação de atributos que representem os valores do conjunto. Por fim, foram selecionados alguns estudos de caso de imóveis que sofreram intervenções no Bairro do Recife, através de visitas *in loco*, entrevistas aos projetistas, a fim de entender suas decisões, análise do parecer técnico do Iphan para compreender seu ponto de vista, e caso necessidade, entrevista com o técnico responsável pela análise, com propósito de analisar a tipologia e modificações da estrutura, por meio de levantamento fotográfico e arquitetônico.

Este trabalho está organizado em seis capítulos. O capítulo 1, conta a introdução do trabalho, no capítulo 2, é discutido o referencial teórico, quando são apresentados o conceito de patrimônio, em uma perspectiva histórica, juntamente com os conceitos de intervenção embasado em documentos e teorias intervencionistas. Em seguida, o capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada nesta pesquisa, composta pelas etapas metodológicas com ênfase no

método de estudo de caso, metodologia principal contida na pesquisa. Depois disso, inicia-se o capítulo 4, este capítulo aborda o Bairro do Recife com a perspectiva histórica e as características que levaram este Bairro a ser designado patrimônio, juntamente com as legislações vigente para este. Posteriormente, o capítulo 5 faz uma análise sobre os estudos de caso embasado nos conceitos defendidos nos capítulos anteriores. Por fim, o capítulo 6, trazendo as considerações finais a respeito da pesquisa desenvolvida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo inicia com a discussão do conceito de patrimônio, em uma perspectiva histórica e das motivações para a sua preservação, inclusive a relação das edificações com a requalificação da área onde elas estão inseridas. Também apresenta diretrizes de como e quais métodos deve ser embasado teoricamente para a realização de intervenção, restauração ou requalificação em imóveis de interesse patrimonial.

2.1 O patrimônio histórico edificado e a significância em centros históricos

O conceito de patrimônio está embasado em construções ligadas a gerações passadas que são conservadas até os dias de hoje, fazendo parte da identidade cultural e histórica de uma população. Este conceito nos leva ao dever de proteger essa identidade para que assim, futuras gerações possam ter acesso às memórias de suas histórias.

O termo monumento, muito utilizado durante a Antiguidade e a Idade Média, era entendido por Alois Riegl (1858-1905), presidente em 1902 da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, como “uma obra criada pela mão do homem e edificada com o objetivo preciso de conservar sempre presente e viva na consciência de gerações futuras a lembrança de uma ação ou de um destino” (FONSECA, 2005, p.52) sendo este, naquele momento, o único tipo de monumento conhecido. Ou seja, eram considerados monumentos apenas elementos construídos com a finalidade de lembrar algo às pessoas – como obeliscos, estátuas, mausoléus etc. A partir do Renascimento, o termo muda de significado, e os valores ligados aos monumentos não são mais apenas aqueles ligados a rememoração, mas também relacionados as características dos monumentos histórico e artístico.

Durante a Revolução Francesa, no final do século XVIII, houve atos de vandalismo, destruições e saques praticados contra obras de arte e principalmente monumentos históricos com intuito de extinguir elementos pertencentes ao passado monárquico francês. Foi a partir dessa série que se encaminhou o processo de conservação de elementos considerados testemunhos da história. Foi então no final do século XVIII que o Estado assume, no mundo ocidental, a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação, definindo o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional (CUNHA, 2006; FONSECA, 2005; KÜHL, 2007).

A Revolução Industrial também fez parte do processo de construção do conceito de conservação do monumento, visto que a partir do momento em que as cidades começaram a se expandir através da industrialização, gerando à acelerada transformação do cenário urbano, surgiu a preocupação com a conservação de formas urbanas do passado.

Na Inglaterra, também ocorreram atos de vandalismo consequência da Reforma Anglicana, levando a perda e ameaça a monumentos considerados de valor histórico e artístico para nação, como por exemplo, a destruição de conventos, mosteiros e outros pertencentes a Igreja Católica. Para proteção dos bens, as sociedades de antiquários responsáveis por proteger as antiguidades nacionais, realizaram a catalogação e preservação dos bens, perdurando até o século XX. Em 1882, foi formado o *Ancient Monuments Protection Act*, uma lei de proteção aos monumentos, responsabilizando o Estado de salvaguardar este patrimônio.

A partir do vandalismo da Reforma Anglicana e o da Revolução Francesa, foram iniciadas as primeiras medidas para a conservação do patrimônio e o surgimento dos conceitos de conservação e restauração, com objetivo de evitar novas destruições desses monumentos, já reconhecidos como monumentos históricos e artísticos pela razão de que esse monumento histórico é um testemunho da história e/ou obra de arte. É a partir daí que se faz o recuo universal do vandalismo diante da consciência desse patrimônio como herança (FONSECA, 2005).

No Brasil, o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional ganha força a partir da década de 1930, sendo atribuído ao poder público como objeto de proteção obrigatória. Na Constituição de 1934, está exposto no artigo 10:

Art. 10 – Compete concorrentemente à União e aos Estados:
III. Proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte (BRASIL, 1934).

Foi então em 1936, que o ministro da Educação, Gustavo Capanema, com o auxílio de Mário de Andrade, prepararam a proposta de uma lei de preservação a ser submetida ao Congresso Nacional através da qual, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. O Brasil passa então a ser o primeiro país da América Latina a possuir uma entidade oficial, a nível federal, para a preservação do patrimônio histórico e artístico (CASTRIOTA, 2007). No ano de 1970, o SPHAN é transformado em Instituto, passando a ser chamado de IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - com o objetivo de preservar

o patrimônio artístico e cultural brasileiro, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras (VIEIRA, 2008).

Até o final da década de 1970, de acordo com as discussões internacionais, o conceito de patrimônio estava ligado à preservação da unidade estética e foi então a partir da década de 1980 que os critérios de patrimônio são ampliados e juntam-se ao conceito de sítios¹ e conjuntos arquitetônicos relevantes para a sociedade (TOMAZ, 2010). A Carta de Veneza de 1964, e posteriormente a Carta de Burra de 1999 mencionam a importância de conservar estes sítios dotados de significância cultural, visto que essas são as características dos bens patrimoniais, materiais ou imateriais, que possui diversos tipos de valores tais como valores estéticos, históricos, científico, social ou espiritual adquiridos durante o tempo, valores estes de variedade e significados infinitos, tornando sua análise cada vez mais complexa e sempre incompleta (LACERDA; ZANCHETTI, 2012).

A conservação dos monumentos históricos, assim como os sítios dotados de significância cultural são de extrema importância por garantir o testemunho para gerações atuais e futuras, fazendo relações ao passado e as experiências vividas juntamente com o cuidado que se deve adotar em intervenções nestes locais, alterando o mínimo possível para que desse modo, seu significado cultural fique retido e dando a este uma função útil a sociedade.

Assim, para que haja a intervenção em uma edificação de caráter histórico, é necessário o estudo da edificação, estabelecendo parâmetros científicos que defendam toda e qualquer forma de intervenção a ser proposta. Todas as edificações antigas possuem valor histórico, sejam elementos isolados ou elementos pertencentes a um conjunto ou sítio, estes compostos por casarios, em sua maioria, representados por suas fachadas e cobertas enquanto elementos definidores do volume, sendo necessária a restauração ou intervenção para preservação desses imóveis, garantindo a conservação da área.

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados (TOMAZ, 2010, p.02).

¹Sítio - lugar, área, terreno, paisagem, edifício e outras obras, grupo de edifícios ou de outras obras, e pode incluir componentes, conteúdos, espaços e vistas. (CARTA DE BURRA, 1999)

Como citado acima, a necessidade de se preservar áreas históricas é fundamental para garantir a contínua memória de uma população. As intervenções em monumentos históricos são apontadas como a maneira mais eficaz para preservação e requalificação tanto dessas áreas quanto das edificações que compõe o sítio. Às vezes são intervenções de caráter contemporâneo, em edificações sem uso ou subutilizadas, que contribuem para que a sociedade presente possa usufruir e dinamizar esses locais.

2.2 Intervenções em edifícios de interesse patrimonial

A adequação de edificações de interesse patrimonial a novos usos, através de intervenções, demanda discussões sobre o que deve ser preservado e como se deve intervir nestes bens exigindo um embasamento conceitual sobre teorias intervencionistas, cartas patrimoniais e legislações pertencentes à área onde se pretende intervir.

2.2.1 Teorias Intervencionistas

Como mencionado anteriormente, a Revolução Francesa foi um marco no processo de reconhecimento dos monumentos históricos, estes durante a Revolução, passaram por um período de depredação. A população então percebeu que preservar era preciso, como afirma o relato sobre o vandalismo, elaborado pelo político francês, Henri Grégoire (1750-1831), apresentado ao Comitê de Instrução Pública na Convenção, em 1793 e 1794:

O abade denunciou a barbárie cometida contra os monumentos históricos, enfatizando sua vocação pública e a responsabilidade coletiva por sua preservação (KÜHL, 2007, p. 112).

No final do século XVIII, são formadas duas principais correntes que criaram a disciplina de restauro dos monumentos históricos: a intervencionista e a anti-intervencionista. As teorias surgiram para embasar e fundamentar as várias noções de restauro que estavam se consolidando na época. Nesse contexto, o teórico do restauro, Viollet-Le-Duc (1814-1879), formulou o seguinte conceito:

Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p.29).

Este pensamento caracteriza a maneira intervencionista de Viollet-Le-Duc referente a edificação. Ele defendia que a restauração era a busca pela unidade de estilo, tornar o edifício estilo único que não fosse perceptível a intervenção. Para Viollet-le-Duc, restaurar é padronizar, inserir elementos novos e suprimir elementos colocando novos similares ao existente.

Em contraponto, John Ruskin (1819-1900) discordava com a teoria de restauro de Viollet-le-Duc. Os pensamentos desses dois teóricos eram antagônicos, enquanto Viollet-le-Duc era intervencionista, Ruskin era conservacionista. Ruskin defendia em sua teoria que a ruína era natural, sendo consequência da morte da edificação. O edifício deveria ter uma conservação preventiva e manutenção periódica, antes de o dano ocorrer. Se o dano ocorresse, deveria se aceitar a morte inevitável do monumento. Ruskin defendia:

[...] a execução de reforços estruturais em elementos de madeira e metal quando estes estavam em risco de se perder, assim como reparos pontuais de fixação ou colagem de esculturas em risco de ruir, mas de maneira nenhuma admitia imitações, cópias e acréscimos (OLIVEIRA, 2008)

Para sintetizar a articulação dessas duas correntes, Camillo Boito (1836-1914) aderiu às teorias de Viollet-Le-Duc, quanto a necessidade do restauro, porém discordava na inserção de elementos novos que pareçam antigos. Boito concordava com a teoria de Ruskin na questão da autenticidade do bem, onde defendia a conservação preventiva e valorização das mudanças ocorridas no monumento ao longo do tempo. Boito admitia o conceito da distinguibilidade, no qual fez referência ao destacar o que é elemento antigo e o que é elemento introduzido. Em 1833, Boito formulou os seguintes princípios no III Congresso de Engenheiros e Arquitetos, para obras de restauração arquitetônica:

1. Diferença de estilo entre o novo e o velho.
2. Diferença de material de construção.
3. Supressão de perfis e ornamentos
4. Mostra de pedaços velhos retirados, em local aberto e ao lado do monumento.
5. Incisão em cada pedaço renovado com a data do restauro ou com um sinal convenionado.
6. Epígrafe descritiva incisa sobre o monumento.
7. Descrições e fotografias dos diversos períodos do trabalho, dispostas no edifício ou num local próximo a ele, ou descrição publicada pela imprensa.
8. Notoriedade (BRAGA, [200-?], p. 05).

Alois Riegl (1858-1905), vai além da arquitetura e urbanismo em sua teoria, definindo o monumento como objeto repleto de valores que são atribuídos no decorrer da história. Riegl

trabalhava com a qualidade do antigo, ou seja, com os valores de rememoração ligados ao passado. Elencava esses valores como de memória, história, história da arte, antiguidade (relacionado a idade do monumento) e os valores de contemporaneidade, relacionados ao presente (CHOAY, 2006).

A partir de então surge diversos teóricos do restauro fazendo referências e desenvolvendo teorias, anteriormente citadas. Cesare Brandi (1906 – 1988), têm suas percepções vinculadas as obras de arte, com ênfase no valor artístico. Reforçava a teoria de Riegl que definia o valor artístico como sendo um valor determinado no momento presente, pela sociedade contemporânea. Concordava com Ruskin ao referir que as marcas do tempo têm valor histórico, porém era intervencionista e tinha uma posição diferenciada a respeito da autenticidade do monumento, como ele afirma no trecho abaixo:

[...] “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 1963, apud CUNHA, 2004).

Brandi tinha como princípio base a mínima intervenção e reversibilidade, prevendo intervenções que sejam passíveis de intervenções futuras, garantindo ao edifício que este seja passivo de não sofrer grandes transtornos e modificações. A funcionalidade, segundo Brandi, é um elemento secundário, devendo-se atentar ao valor artístico em essencial. Vale salientar que sua teoria tem como princípio as obras de arte, tais como pinturas, estátuas, entre outros, devendo ser adaptadas e analisadas com cautela ao serem aplicadas em obras arquitetônicas, necessitando entender suas ideias e adaptá-las ao contexto.

2.2.2 Cartas patrimoniais

Anteriormente foram discutidas as origens e primeiras ideias sobre a questão do patrimônio, que em geral, aconteciam em contextos locais – hora na Inglaterra, hora na França, hora na Itália. Neste capítulo, entretanto, serão abordados documentos mais recentes, em especial a partir de 1931, quando as discussões passam a ser realizadas em um contexto internacional.

As Cartas Patrimoniais são documentos que sintetizam, em geral, a visão de vários países sobre a preservação do patrimônio. Formulada por teóricos, a partir de encontros nacionais e internacionais, as cartas documentam os conceitos, teorias, métodos de conservação, manutenção e preservação do patrimônio, podendo ser globais ou locais, dependendo da

especificidade do local. Diversas cartas foram desenvolvidas entre o ano de 1931 até os dias de hoje. Dentre estas, foram selecionadas para discussão deste trabalho, aquelas que versam sobre a intervenção em edificações, como parte de conjuntos, embora estas sejam tão significativas quanto aquelas que abordam as cidades históricas, o patrimônio imaterial, entre diversas outras questões.

Em 1931, foi realizada em Atenas, a primeira conferência internacional relativa aos monumentos históricos. A partir desse encontro, foi elaborada a Carta de Atenas, a qual fez relação entre os monumentos antigos e a cidade (CHOAY, 2006).

A Carta de Atenas de 1931 estabelece como doutrinas e princípios gerais à proteção do monumento em caráter mundial. A carta recomenda que o uso do monumento deva ser mantido para garantir a continuidade de sua vida histórica e cultural, sem prejudicar o estilo de nenhuma época, respeitando seu caráter histórico e artístico. O documento aprova o emprego de matérias e técnicas modernas – de forma adequada – na restauração dos monumentos, podendo ser aplicado na conservação de elementos pertencentes a obra desde que não alterem seu caráter artístico. A conferência também definiu a importância da educação sobre a preservação histórica e cultural dos monumentos, desde a infância, contribuindo com o interesse pela proteção e testemunho da civilização.

Em 1964, com intuito de retificar e desenvolver o conceito já existente na carta anterior, foi elaborado a Carta de Veneza de 1964². Diferenciada da Carta de Atenas de 1931, a Carta de Veneza ressalta não apenas o monumento, mas também introduz a ideia de sítio urbano e da utilização social dos monumentos, passando a analisar o meio onde este está situado, considerando que este é inseparável do ambiente em que se encontra, como mencionado no artigo 5º da mesma, onde defende que a conservação do monumento deverá ser destinada a uma função útil a sociedade. Tal função deverá se adequar a estrutura já existente sem alterá-la substancialmente, fazendo uso de técnicas modernas que devem ser distinguidas de técnicas passadas.

Assegurar um uso adequado ao monumento é o princípio base na restauração, onde a proposta de reutilização deve ser estudada com cautela, atento as características tipológicas da edificação. O uso deve ser compatível com o imóvel, um uso incompatível pode arruinar o monumento com maior intensidade do que se o mesmo estiver sem uso.

² Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios.

A Carta de Veneza também relata a conservação preventiva do monumento, como forma de evitar a restauração, tratando esta de forma indispensável, esclarecendo a necessidade da colaboração de todas as ciências e técnicas, visando a salvaguarda da obra tanto em seu aspecto histórico como artístico. Menciona como necessário também, a conservação de elementos decorativos como partes integrantes do edifício. O deslocamento da edificação é intolerável, devido ao testemunho e o meio em que se situa, exceto quando for justificada por razões de interesse nacional ou internacional.

A carta também moderniza o conceito de restauração em seu documento:

Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. **Termina onde começa a hipótese**; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e **deverá ostentar a marca do nosso tempo**. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento (CARTA DE VENEZA, 1964, p.02, grifo nosso).

O documento orienta para restaurações com o uso de técnicas modernas, que estas devem ser distintas das originais e os acréscimos, que só podem ser executados se respeitarem a constituição do edifício e sua relação com o entorno. Aponta também os sítios monumentais dotados de significância cultural que devem ter sua integridade preservada, sua manutenção e valorização asseguradas.

Em 1976, foi criada pela UNESCO, as Recomendações de Nairóbi, documento com fins legislativos que tem como tema a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. A carta, diferente das demais apresentadas, relata a necessidade de os Estados aplicarem as recomendações propostas na mesma, como forma de lei nacional e melhor abrange a importância dos conjuntos históricos.

A Carta ressalta que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem a presença viva do passado, considerado um patrimônio universal insubstituível cuja destruição provoca muitas vezes perturbações sociais por extinguir os valores culturais e sociais características de cada nação. A carta considera conjunto histórico ou tradicional:

[...] todo agrupamento de construção e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos ou paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos

do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976, p.03).

O documento também alerta para necessidade de inclusão dos edifícios para atendimento às necessidades contemporâneas da população, característica da organização social e econômica de cada Estado prevendo assim a salvaguarda do edifício. Além disso, também aponta que deve haver estudos científicos compostos por equipes multidisciplinares para elaboração de um plano de salvaguarda, porém, as medidas de proteção com caráter urgente, devem ser tomadas sem esperar o plano.

A Carta de Burra de 1999 destaca a importância da preservação dos sítios como um todo, orientando na conservação e gestão dos sítios com significância cultural, como valores atribuídos pela sociedade aos bens patrimoniais, materiais ou imateriais, sendo estes valores uma síntese ou composição de significados históricos, como referido no documento “a expressão significado cultural é sinônimo de significado patrimonial e de valor cultural” (CARTA DE BURRA, 1999, p. 05).

O documento orienta para que as alterações feitas nesses sítios ocorram de forma cautelosa visando que estas alterações não interfiram no significado deste sítio e que ao mesmo tempo este se torne utilizável, visando que as modificações feitas para o novo sejam adotadas com caráter reversível ou que requeiram um impacto mínimo. É imprescindível, ao realizar a conservação de um sítio, identificar os valores locais atribuídos ao mesmo e a partir deles os atributos representantes destes valores. A Carta menciona também a importância da sociedade envolvida diretamente, na discussão de conservação do sítio, estas primordiais ao tratar dos valores dotados ao lugar com seus bens culturais, levando em consideração que os valores envolvidos na conservação do patrimônio constituem uma diversidade de valores dinâmicos e extensivos, estabelecendo ainda categorias de valores que podem ser atribuídos a lugares por diferentes grupos ou indivíduos, tendo em vista que a significância cultural do lugar varia de acordo com o decorrer histórico da sociedade.

A carta adota ainda um fluxograma como um guia para o processo de conservação destes sítios, composta primeiramente pela compreensão do significado do sítio, onde deve ser identificado o sítio, resgatando informações oral, física, documental, que sejam suficientes para compreensão do seu significado. Em seguida, ocorre a avaliação/ preparação de uma declaração de significado. Encerrando a segunda etapa, deverá ser elaborado então a identificação das

obrigações decorrentes do significado. Em seguida, inicia-se outra fase, seguindo pelo desenvolvimento de uma política para conservação do mesmo. Esta fase, em suma, é composta pela coleta de informações sobre fatores externos, necessidades e recursos do proprietário e a condição física do bem. Por fim, a última etapa, está constituída pela gestão do sítio de acordo com a política adotada para tal (CARTA DEBURRA, 1999).

As recomendações apresentadas nas Cartas de maneira geral, têm por finalidade definir diretrizes para organizar as questões de intervenções em monumentos históricos e servirem de embasamento na formulação de princípios base para intervenção ou restauração de um bem patrimonial, contribuindo para preservação do testemunho histórico e artístico de cada civilização. Estes documentos, entretanto, não têm força de lei, mas podem ter influência legislativa em diversos países e que mesmo sem esta força, são norteadoras das ações desenvolvidas no âmbito patrimonial do país.

3 MÉTODOS DE PESQUISA

Este capítulo busca apresentar os métodos utilizados no desenvolvimento deste trabalho para atingir o objetivo desta pesquisa que é entender como foram e são feitas as intervenções em edificações históricas no Bairro do Recife. Para isto, foram organizadas três etapas metodológicas, expostas a seguir.

Gil (2008) informa que quase todas as pesquisas apresentam uma pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa é elaborada com referência a materiais já publicados em diversas fontes sobre o tema investigado. Desta forma, foi feita uma revisão de literatura relacionada ao tema de patrimônio histórico edificado e intervenções em edifícios de interesse patrimonial, já exposta no capítulo anterior, em seguida, foi realizado o estudo do Bairro do Recife, a fim de identificar os valores considerados no seu tombamento e os atributos das edificações representantes de tais valores.

A terceira etapa da pesquisa foi o estudo de caso, esta consiste na análise de uma ou mais unidades, utilizando múltiplas fontes de evidência, sendo de grande utilidade em pesquisas exploratórias e comparativas (VENTURA, 2007).

Segundo Boehs e Maffezzolli (2008), o estudo de caso procura solucionar problemas de pesquisas que se preocupam em responder a questões do tipo “como” e o “por que” onde o pesquisador “tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (YIN, 2005, apud BOEHS; MAFFEZZOLLI, 2008, p. 98). Este método se aplica as mais variadas disciplinas, como aponta Stake, citado em Peres e Santos (2005), sendo o método de pesquisa atualmente mais utilizado.

Vários autores contextualizam o método de estudo de caso. Ventura (2007) faz referências a estes autores e o que cada um deles relata sobre o tema, sintetizando em:

... o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações (VENTURA, 2007, p. 384).

Entretanto, outros tipos de estudo de caso têm relevância nos dias atuais. Como mencionado em Peres e Santos (2005), merecem destaque os “estudos de caso múltiplos”, sendo a análise de diversos casos, visando investigar um fenômeno, resultando em sua maioria em “estudos de

caso comparativos”, apresentando as comparações entre interesses distintos. Segundo Yin, citado em Boehs e Maffezzolli (2008, p. 98), as múltiplas fontes de informações “são constituídas por entrevistas, observações, documentos e reportagens”.

O resultado desses estudos, tanto comum quanto particular, resultará provavelmente em algo original, decorrente do aspecto histórico e do contexto em que se insere, levando a compreensão de um objeto específico ou a formulação de generalizações (PIRES; SANTOS, 2005).

Diversos autores comentam sobre a orientação do estudo de caso, geralmente conduzidos por questões de “como e o porquê” da investigação. Gil, conforme Ventura (2005), define quatro fases que mostram o caminho para seguir ao fazer este tipo de análise, que seria:

- a) Delimitar a unidade que constitui o caso – esta exige do pesquisador a percepção de quais dados serão suficientes para a compreensão do objeto;
- b) Coleta de dados – feita através da observação, análise de documentos, entrevistas, questionários, levantamento de dados, análise do conteúdo, há vários procedimentos neste enfoque que podem ser incorporados;
- c) Seleção, análise e interpretação dos dados – sendo a seleção de quais dados serão úteis ou não;
- d) Elaboração do relatório parciais e finais – salientando que deve ficar explícito como foram executadas a coleta de dados.

Ventura (2007) comenta:

A revisão bibliográfica é sempre útil para fazer comparações com outros casos semelhantes, buscar fundamentação teórica e também para reforçar a argumentação de quem está descrevendo o caso. A discussão permite avaliar os caminhos seguidos (como se desenvolve o caso), desde a elaboração dos objetivos (por que estudar o caso) até as conclusões (o que se aprendeu com o estudo do caso) (VENTURA, 2007, p. 385).

Seguindo estes autores, principalmente Gil (apud VENTURA, 2007) com sua elaboração de etapas para a realização do estudo de caso, foi efetivada a primeira fase desta metodologia, a qual consistiu em uma pesquisa de campo no Bairro do Recife, onde a partir desta visita, foram selecionadas diversas edificações, através da técnica do estudo de caso observacional, o qual se caracteriza pelo contato próximo entre o pesquisador e o ambiente onde o objeto encontra-se inserido, mencionada por Peres e Santos (2005). Após a análise observacional, deu-se início a segunda etapa da investigação, composta pela coleta de dados. Foi feita coletas de dados nos

arquivos do Iphan sobre as edificações selecionadas em pesquisa de campo, como resultado dessa coleta, foram feitas entrevistas com profissionais que trabalham na área de intervenção no patrimônio edificado, após as entrevistas, houve o levantamento de dados, novamente, e análise de conteúdo para que o estudo pudesse ser prosseguido. Seguindo esta linha de raciocínio, entramos na terceira etapa do processo, a seleção e análise dos dados obtidos.

Creswell (1997) sugere que, ao escolher a amostra, os motivos fiquem claros: “eu prefiro selecionar casos que mostrem diferentes perspectivas do problema, processos ou eventos [...] mas eu também seleciono casos ordinários, acessíveis ou não casuais” (BOEHS; MAFFEZZOLLI, 2008, p.99).

Conforme sugere esta citação de Creswell, a escolha dos estudos de caso apresentado na pesquisa é julgada pela disponibilidade de informações dos projetistas e de arquivos públicos.

Para análise, foram selecionados casos documentais e arquitetônicos. Segundo Peres e Santos (2005), estes os estudos documentais têm por objetivo a análise do pesquisador a algo que não é alcançável de forma direta, sendo desenvolvidos através da análise de registros, como fotografias, diários, entre outros. Por fim, foi realizada a elaboração de um relatório, filtrando o que deve ser explícito de acordo com o seguimento da pesquisa. Vale salientar que nesta etapa da pesquisa, foi considerada a disponibilidade de informações, tanto nos arquivos do Iphan, quanto o acesso aos projetistas.

Assim, ao elaborar esta estratégia, o pesquisador deve executar recortes e focar em aspectos que considere relevante, para não se perder em conteúdos e informações. Vale destacar, entretanto, que o pesquisador não deve tentar convencer o leitor de que suas análises são as ideais, mas enriquecer sua defesa com argumentos necessários para que o mesmo tenha suas próprias conclusões, e como afirma Lüdke e André (1986 apud PERES; SANTOS, 2005) o autor deve realizar o emprego de uma linguagem mais acessível do que as utilizadas, geralmente, em relatos de pesquisa, devendo ser clara, direta e objetiva.

4 O BAIRRO DO RECIFE

A atual discussão sobre patrimônio reconhece que este pode e deve sofrer alterações para se adaptar a contemporaneidade. Entretanto, essas alterações devem ser realizadas de modo a garantir a manutenção da significância cultural do bem protegido.

Para compreender as edificações do Bairro do Recife, é necessário resgatar a história deste, apresentando as características que o tornaram patrimônio nacional.

A partir daí, faz-se necessário identificar no bem protegido aqueles elementos que representam a sua significância cultural e que, portanto, devem ser preservados. Em relação aos demais elementos, a intervenção poderá, em princípio, ter um pouco mais de liberdade, de modo a garantir a adaptação às necessidades contemporâneas. Desta forma, aos valores que conferem significância cultural ao bairro, têm-se correspondentes elementos materiais.

4.1 Histórico e evolução do bairro do Recife

O Bairro do Recife além de ser caracterizado como parte do centro histórico da cidade do Recife, é considerado patrimônio cultural da cidade. Até o final do século XVI, o Recife era constituído por um pequeno povoado de pescadores e de alguns oficiais, com armazéns de açúcar e outras mercadorias. Em 1630, com a invasão holandesa em Pernambuco, iniciou-se o processo de desenvolvimento e urbanização da cidade do Recife. Os holandeses após ocupação da cidade de Olinda, que logo foi incendiada, elegeram então o Recife como sede do governo holandês por motivos de defesa, pela semelhança do território com o território holandês e pela proximidade com o porto, sendo este um equipamento de vital importância na comunicação com a Europa (ALVES, 2009).

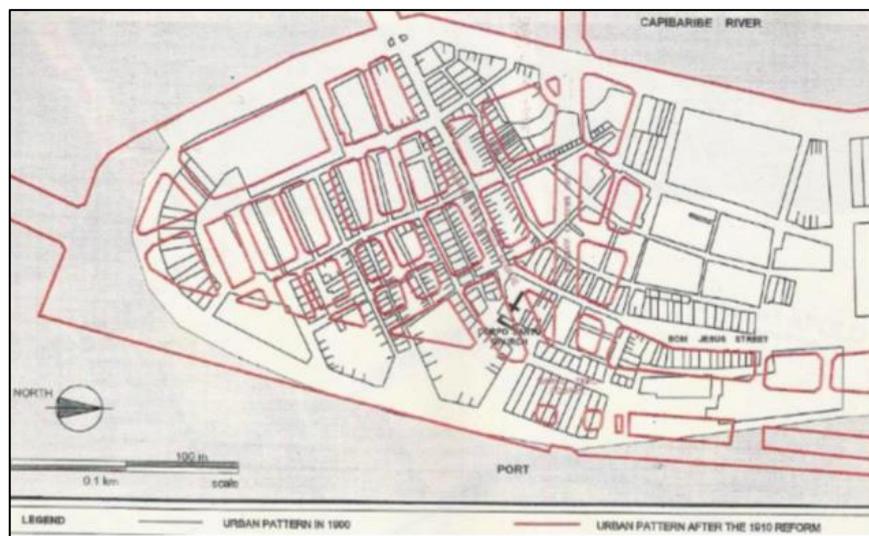
No período de 1632 e 1635 surgiram os primeiros sobrados da cidade, sendo estes, edifícios com mais de um pavimento onde geralmente no térreo funcionava o comércio e nos pavimentos superiores a residência do proprietário (LACERDA, MARINHO, ZANCHETTI, 1988). Em 1654, os holandeses renderam-se aos portugueses. Estes deixaram os planos urbanísticos elaborados pelos holandeses³ intactos e iniciaram uma ocupação mais espontânea, característico das ocupações portuguesas, resultando uma ocupação espacial diversificada. Nesta época,

³ Os primeiros planos urbanísticos para cidade do Recife foram elaborados pelos holandeses (ALVES, 2009).

Recife apresentava vantagens no desenvolvimento do comércio, tornando-se a capital da região (VIEIRA, 2008).

Supostamente, até o final do século XIX, Recife havia passado por transformações pontuais em sua área. Entretanto foi no início do século XX que deu-se início ao processo de modernização da cidade. Uma importante reforma urbana foi realizada no Bairro do Recife, incluindo obras de infraestrutura, transporte e saneamento, fundamentais para expansão da cidade (ALVES, 2009). Em 1906, houve o Congresso Médico, levando a discussão de dotar a cidade com serviços de saneamento e intervenções urbanísticas, estas planejadas para o porto do Recife. Em 1910, o engenheiro Saturnino de Brito⁴ deu início à implantação do sistema de saneamento para região. Através de algumas pesquisas realizadas pelo engenheiro, foi concluído que o Bairro do Recife tinha maior densidade, devido a sua pequena superfície e aos edifícios altos, e com a contribuição do porto, era o núcleo mais dinâmico da cidade, tornando-se assim um lugar propício ao comércio (ALVES, 2009).

Figura 1: Na cor preta a cidade colonial a partir do mapa de Douglas Fox e na cor vermelha o novo desenho do Bairro.



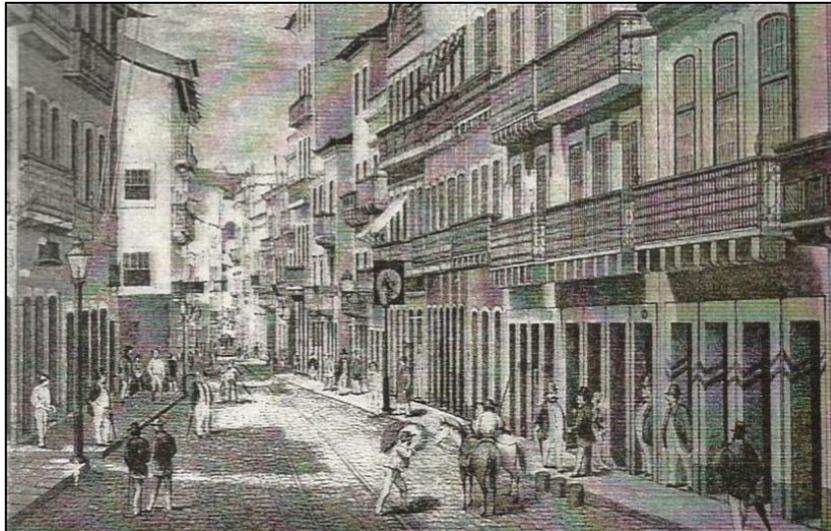
Fonte: Silva (2015)

A reforma de modernização do Porto do Recife em 1910 envolvia a melhoria e ampliação dos serviços portuários, mas também, a reforma de parte do bairro da cidade. O Bairro do Recife

⁴ Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864 – 1929), engenheiro sanitaria brasileiro, pioneiro nessa especialidade no Brasil (HISTÓRIA E HISTÓRIA, 2012).

teve como uma das consequências desta reforma a recomposição das fachadas de diversos sobrados em estilo colonial, para o estilo eclético (MOREIRA, 1995 apud AMORIM, 1999).

Figura 2: Avenida Marques de Olinda



Fonte: Menezes (1988) apud Silva (2015)

A partir de 1930, se tem o desenvolvimento econômico do Brasil, inclusive de Recife, caracterizado por uma urbanização acelerada. Aliado a isso, a metropolização que ocorreu a partir de 1950. Consequente a essa metropolização, ocorreu a expansão de outras áreas da cidade, contribuindo para o esvaziamento populacional dos centros urbanos, como ocorrido no Bairro do Recife (VIEIRA, 2008).

Na década de 1970, o Bairro do Recife foi perdendo sua importância por razões diversas, como exemplo, a evolução da área residencial e comercial em outros bairros da cidade e a ociosidade e deterioração das edificações e dos espaços públicos, proporcionando ao Bairro uma característica de abandonado, perigoso, propício a prostituição, tráfico e consumo de drogas, contribuindo assim para o deslocamento da população para outras áreas da cidade. Estes foram os possíveis motivos que tornaram o Bairro, naquela época, inadequado para espaço de convivência e residencial (VIEIRA, 2008).

Ainda na década de 1970, o Bairro do Recife recebeu ações para sua revitalização que buscavam a preservação de sítios históricos como estratégia de desenvolvimento urbano, como explícito abaixo:

Em 1973, a Fundação para o Desenvolvimento da região Metropolitana do Recife (FIDEM) realiza o **I Plano Integrado de Desenvolvimento da região Metropolitana do Recife**, onde é colocado como prioridade o Programa de

Preservação de Ambientes Urbanos. Neste programa, apesar de ainda não ser explícita a concepção de *revitalização*, já se observa um discurso onde, além de importância da preservação da história, defende-se a necessidade de utilização social e econômica do patrimônio, relacionando-o, inclusive com as funções de lazer e turismo (LEAL, 1995 apud VIEIRA, 2008, p.119, grifo nosso).

Foi então em 1976, onde através do desenvolvimento do Plano acima citado que o Bairro do Recife recebe o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife – PPSH. A cidade do Recife, por conseguinte, via a necessidade de preservar e revitalizar o seu centro histórico (VIEIRA, 2008).

À escassez populacional ocorrida no Bairro fez com que a Prefeitura da Cidade do Recife promovesse o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, organizado no período de 1985. Este tinha por objetivo a restauração do patrimônio edificado, com intuito de reabitar as estruturas históricas existentes agregadas à intervenção urbana propostas, caracterizadas para o âmbito econômico (LEITE; PEIXOTO, 2009). O plano visava atender a população de baixa renda residente do bairro e as pessoas que trabalhavam no mesmo. Entretanto a recuperação se deu apenas pela pintura das fachadas dos sobrados, principalmente os que estavam localizados na Rua do Bom Jesus, no Bairro do Recife, estas financiadas por parceria público/privado (VIEIRA, 2008).

Em 1986, o Bairro ganhou a primeira proposta de recuperação, com a criação do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, que tinha como objetivo a participação efetiva dos habitantes no processo de elaboração dos projetos de intervenção (LACERDA, 2007). Em 1992, o patrimônio histórico e artístico passa a ser valorizado como fonte de economia pelo Governo do Estado. Visando aumentar o tempo de permanência dos turistas na cidade, foi encomendado o Plano de Revitalização do Bairro do Recife - PRBR. E foi a partir de 1993, que o Plano começou a ser instituído e prossegue até os dias atuais, sofrendo alterações ao longo do tempo (VIEIRA, 2008).

O programa Monumenta⁵, desenvolvido pelo Governo Federal, exigia que a área de intervenção fosse constituída por um conjunto urbano tombado, o que não era o caso do Bairro do Recife.

⁵ “Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Iphan” [199-?] Disponível em: < <http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/monumenta> > Acesso em: 23 de outubro de 2016.

Assim, a fim de captar recursos para o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, técnicos da prefeitura realizaram um trabalho, no qual cadastraram imóveis inseridos no Bairro, para que a partir de então, este pudesse ser tombado. O processo foi encaminhado para prefeitura e em 15 de dezembro de 1998, o Bairro do Recife foi tombado como patrimônio nacional (VIEIRA,2008). O tombamento do Bairro se justificou pela:

- Importância histórica do sítio como referencial básico de uma das cidades mais importantes dentro de uma estrutura urbana do país – demonstrativo da evolução e transformação;
- Singularidade do acervo eclético arquitetônico e urbanístico, único remanescente íntegro completo no Brasil do pensamento urbano e arquitetônico da belle époque’ [...];
- Diversidade dos estilos arquitetônicos e urbanísticos resultantes da reforma do início do séc. XX [...];
- Importância da memória individual e coletiva inscrita nos exemplares arquitetônicos, ao longo do tempo [...];
- Urgência de uma preservação que se antecipe às questões levantadas pelo recente sucesso da renovação e pelas perdas que possam vir a ocorrer (PCR-URB, 1998 apud VIEIRA, 2008, p.157).

Em 2000, o Governo de Pernambuco lançou o Projeto Porto Digital Empreendimentos e Ambiente Tecnológico, local de desenvolvimento de sistemas operacionais - *softwares*, com objetivo de inserir o Estado no centro tecnológico mundial. A escolha de inserir este projeto no bairro do Recife foi concebida devido a disponibilidade de espaços ociosos e custo relativamente baixo para empresas. O Porto Digital recuperou diversas edificações no Bairro para receber empresas modernas, mantendo suas características arquitetônicas (LACERDA, 2007). Esta iniciativa do Porto Digital incentivou mudanças positivas no centro urbano do Recife, em termos de recuperação tanto arquitetônica quanto urbanística. Vários imóveis sem uso passaram por intervenções, sendo adaptados a usos contemporâneos ao mesmo tempo em que mantiveram seus atributos históricos, como serão vistos em alguns casos discutidos no capítulo a seguir.

A partir disto, podemos compreender que o Bairro do Recife é repleto de valores histórico, arquitetônico e urbanístico essenciais à identidade da população, não devendo entrar em degradação, necessitando ser preservado. Para que isso ocorra, é necessário que o Bairro esteja vivo, habitado e em uso, seja com comércio, moradia e lazer, atributos referidos já na Carta de Veneza de 1964:

A conservação dos monumentos é sempre facilitada pela **sua utilização para fins sociais úteis**. Esta utilização, embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É apenas dentro destes limites que as modificações que seja necessário efetuar poderão ser admitidas (CARTA DE VENEZA, 1964, grifo nosso).

Faz necessário, contudo, que a área esteja em constante requalificação, com suas necessidades compreendidas e atendidas, para que esta não entre em descuido novamente. Em termos arquitetônicos, é importante utilizar as estruturas existentes, juntamente com projetos modernos, de modo a encontrar um equilíbrio, fazendo o novo uso se adaptar ao edifício para atender às necessidades contemporâneas da população.

4.2 Identificação dos elementos característicos do bairro

O Bairro do Recife é a porção mais antiga da cidade, e está composta por diversas características que expressam a sua significância cultural. Os elementos aqui expostos, serão conceituados a partir dos valores e elementos materiais responsáveis por tornarem o bairro título de Patrimônio Nacional.

Figura 3: Mapa de localização do Bairro do Recife



Fonte: Prefeitura do Recife, 2005.

Figura 4: Imagem aérea do Bairro do Recife



Fonte: Olhar digital (2012)

O Bairro do Recife apresenta um grande potencial geográfico, representante de valores urbanísticos, agregados aos atributos históricos e derivado do seu ambiente natural consolidado (Figura 4).

Como visto anteriormente, os argumentos que embasaram o tombamento dizem respeito principalmente à configuração urbana do bairro, representativo de diversas épocas, e ao seu acervo eclético. O Bairro apresenta traçados urbanísticos e qualidades tipológicas e morfológicas que o difere dos demais bairros da cidade. Quanto ao parcelamento do solo, este permanece de acordo com seu padrão urbanístico, isto é, lotes estreitos e alongados, resultado da reforma urbana, ocorrida no início do século XX, reforma já abordada no item anterior (LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, 1998).

Atrelados ao Bairro, caracteriza-se também o valor de uso e o valor econômico. Estes valores são identificados nas atividades desenvolvidas no Bairro e em favor ao crescimento econômico proporcionado por essas atividades. Também associados aos valores de uso, está o bem patrimonial, relacionado diretamente como fonte de crescimento econômico, muitas vezes servindo como abrigo para atividades habitacionais, comerciais e serviços (LACERDA, ZANCHETI, 2012).

Além dos valores já citados, o Bairro do Recife apresenta valores simbólicos, consequência de este ser o local de origem da cidade e por ser área central da cidade do Recife. A ilha apresenta também valores históricos, como citado em Loretto e Freitas (2012), resultado do acúmulo de fatos históricos memoráveis, revelando o modo de vida de uma época.

O valor de antiguidade, atrelado ao Bairro é imposto devido a este ser o bairro mais antigo da cidade, integrando as ruas mais antigas do Recife e conseqüentemente evidenciando os primeiros traçados urbanísticos da cidade. Este valor de antiguidade também pode ser caracterizado pelas estruturas arquitetônicas edificadas e o acervo antiquário conferido ao Bairro como fortificações, canais, fundações, acervos azulejar, entre outros (LORETTO, FREITAS, 2012).

Já o valor cultural está aliciado ao valor histórico, a medida em que o passado é culturalmente constituído (LACERDA, ZANCHETI, 2012). Incorporado a estes valores, está o valor de existência, efeito da existência e permanência desses atributos ao Bairro durante todo este tempo.

Sua área histórica, caracterizada com exemplares da arquitetura moderna e eclética, evidenciam elementos arquitetônicos atrelados a necessidade de uma época, como: o sistema construtivo, elementos de ornamentação, delimitações internas e materiais de revestimentos, configurando seu conjunto arquitetônico. Seus valores arquitetônicos, resultado desse conjunto arquitetônico juntamente com o traçado urbano, confere ao Bairro do Recife um diálogo entre estruturas modernas e antigas (Figura 5), resultando em um visual harmônico e peculiar (LORETTO, FREITAS, 2012).

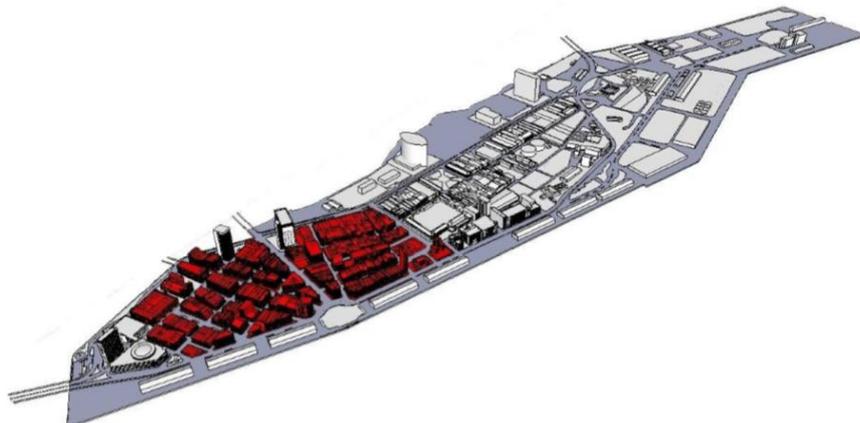
Figura 5: Marco Zero – variedade de estilos



Fonte: Apontador (2014)

O setor de conjuntos ecléticos (Figura 6) destaca o traçado eclético definido, como citado anteriormente, por lotes estreitos e curtos, muitos deles com fachadas frontais e posteriores. Integram-se a este setor de tombamento a Igreja da Madre de Deus, Teatro do Apolom Sinagoga Kahal Zur Israel – a primeira das Américas – e a Torre Malakoff (LORETTO, FREITAS, 2012).

Figura 6: Maquete digital do Bairro do Recife com indicação, na cor vermelha, do setor de tombamento dos Conjuntos Ecléticos

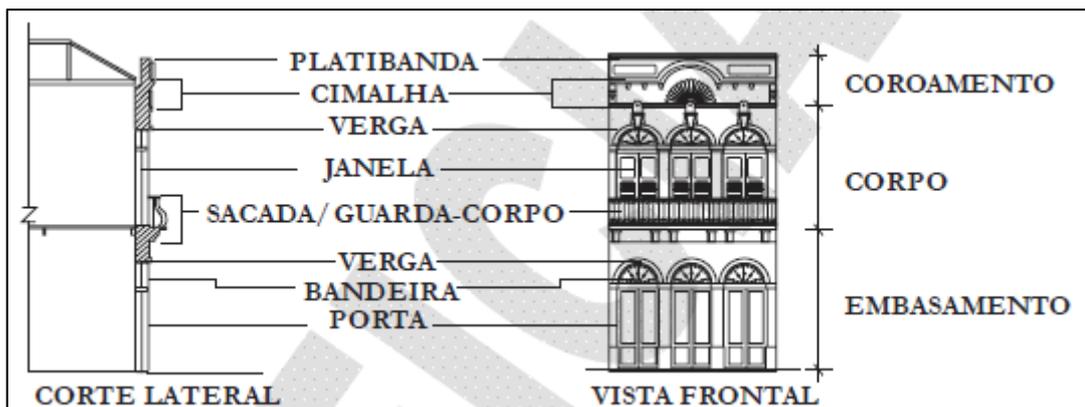


Fonte: Iphan-PE (2012)

Dentre os valores atribuídos ao Bairro, existe também os valores paisagísticos, que são conceituados como portador de grande beleza e singularidade. Concebidos a estes valores estão o rio Capibaribe, Beberibe e o Oceano Atlântico, qualificando o Bairro do Recife em uma ilha, delimitada simultaneamente pelo mar e pelo rio (LORETTO, FREITAS, 2012).

Quanto aos elementos materiais que expressam os valores atribuídos ao Bairro, além das características urbanas já discutidas, estes podem ser identificados a partir das edificações, as quais proporcionam um conjunto arquitetônico característico da área. Como parte dos atributos característicos dessas edificações estão as fachadas, compostas pelo coroamento, corpo e embasamento, sendo partes dessa composição, platibandas, vergas, esquadrias, sacadas e portas (Figura 7).

Figura 7: Caracterização fachadas históricas



Fonte: Decreto nº 2436 (2013)

O volume da edificação, portanto, é caracterizado por esses elementos, devendo ser passível de preservação. A estrutura interna do imóvel, normalmente apresentam um pavimento, como visto anteriormente, característica de sobrados colônias, ou podem apresentar apenas o pavimento térreo. Todavia o diferencial destes sobrados está no pé direito que chega a alcançar normalmente mais de quatro metros de altura. As soluções internas destas edificações, por sua vez, não são tão representativas dos valores discutidos anteriormente, exceto em alguns casos isolados. Ao menos não do ponto de vista do patrimônio. Entretanto, internamente talvez prevaleça o valor de uso, o qual consiste em garantir a utilidade da edificação.

Em razão a essas características, as modificações externas nas edificações são mais limitadas do que as modificações internas, com exceção dos imóveis de destaque, estes devem ser cautelosamente estudados antes de qualquer proposta de intervenção, tendo em vista que

mesmo isolado, este possui todos os atributos a serem preservados, tanto internamente quanto externamente.

4.3 Legislação

Para discussão deste item, serão analisadas as legislações relacionadas a proteção do patrimônio cultural do Bairro do Recife, considerando tanto as legislações passadas quanto as vigentes. Este item é fundamental, para entender, do ponto de vista legal, o que se pretende preservar.

Como mencionado anteriormente, o Bairro do Recife apresenta planos de preservação desde 1976, quando foi instituído o Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) e continua sendo alvo até os dias de hoje de uma legislação vigente diferenciada, atribuída devido a significância cultural que o Bairro apresenta.

O Decreto municipal de nº11.692 de 1980, juntamente com as leis municipais de nº 13.957 de 1979 e nº 14.511 de 1983, regulam a produção do espaço nas áreas históricas. Estas legislações apresentam normas de proteção aos sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados caracterizados pelo valor arquitetônico ou histórico. Quando esses objetos se enquadram dentro dos parâmetros que determinam seu valor arquitetônico ou histórico, eles são instituídos dentro de uma Zona de Preservação (ZP) (LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, 1998).

Os valores agregados ao Bairro do Recife, o tornam característico de uma Zona Especial de Preservação Histórica, estando subdivididas em dois tipos de zonas de preservação, sendo a primeira, Zona de Preservação Rigorosa (ZPR) e a segunda, Zona de Preservação Ambiental (ZPA), ver na Figura 8.

Figura 8: Setorização do Bairro do Recife segundo Decreto nº11.692 de 1980.



Fonte: Loretto e Freitas (2012), editado.

A ZPR, está instituída em uma ZP e tem como característica a preservação dos conjuntos, quanto sua ocupação, gabarito e abrange parte significativa dos conjuntos ecléticos da ilha. A segunda zona de preservação, a ZPA, busca a preservação do entorno do conjunto integrante da ZPR.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), Lei municipal de nº 16.176 de 1996, estabelece diretrizes para obras de urbanização, infraestrutura, reconstrução, reforma, ampliação de edificações e instalação de usos e atividades. Esta lei, delimita zoneamentos dentro da cidade, caracterizados através das suas atividades e capacidades de adensamento urbanístico. O zoneamento estabelece parâmetros que serão delegados para cada zona, como o afastamento, as taxas de solo natural, gabaritos, entre outros. O Bairro do Recife está qualificado como uma Zona de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural (ZEPH), onde, segundo o artigo 114 instituído no Plano Diretor ⁶ da cidade do Recife, está exposto:

Art. 114 As Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural -ZEPH são áreas formadas por sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados de expressão artística, cultural, histórica, arqueológica ou paisagística, considerados representativos da memória arquitetônica, paisagística e urbanística da cidade (BRASIL, 2008, artigo 114).

⁶ O Plano Diretor estabelece os parâmetros fundamentais para a coordenação das cidades, e é através dele que se estabelecem as leis municipais.

Em razão disto, o Plano Diretor determina que as ZEPHs devem ser tratadas de forma específica, não utilizando os parâmetros urbanísticos estabelecidos de forma geral para cidade.

O Bairro do Recife possui uma legislação específica, ZEPH-09, Lei municipal nº 16.290 de 1997, denominada Lei do Sítio Histórico do Bairro do Recife.

O Plano de Revitalização especificado na ZEPH-09, tem como objetivo nortear ações que impliquem mudanças ou instalações de usos e atividades. Ações como a valorização e renovação do conjunto urbano, respeitando o acervo edificado; integração com a paisagem e o conjunto urbano e arquitetônico, promovendo a conservação destes; melhoria nas condições de moradia e respeito a diversidade de atividades que compõe a dinâmica urbana local, diversificando o usos e atividades com intenção de revitalizar o bairro; e a integração de interesses público e privado.

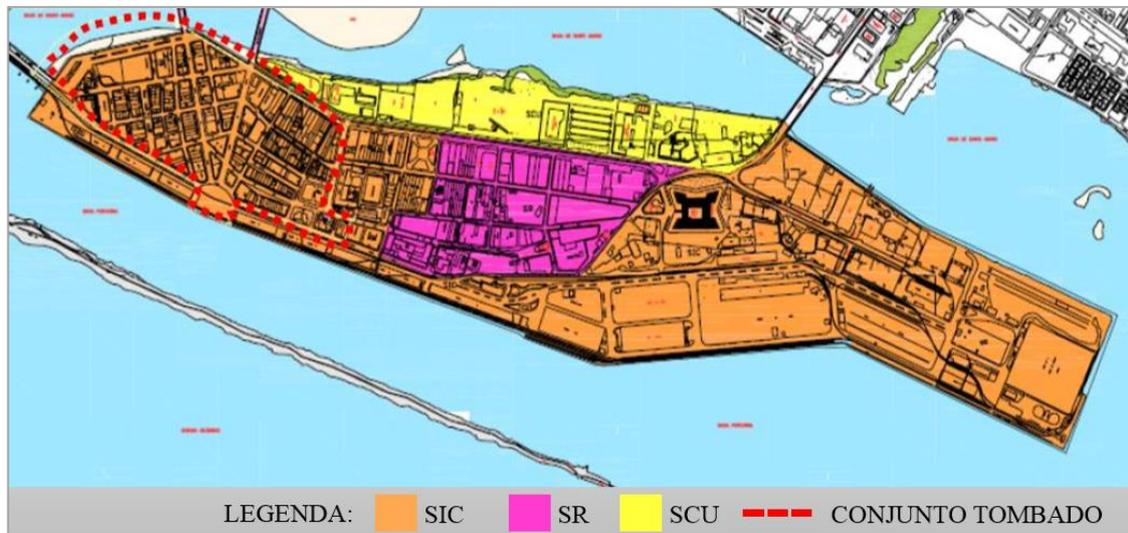
De acordo com esta lei, o bairro encontra-se dividido em três setores (Figura 9):

Setor de Intervenção Controlada (SIC) – a ação pública tem por objetivo promover a dinamização de usos e atividades e valorização de suas características predominantes, compreendendo o traçado urbano, o conjunto edificado e a paisagem da área. As intervenções que introduzirem novos elementos arquitetônicos, usos ou atividades, deverão ser compatíveis com a identidade do imóvel e do conjunto urbano, considerando a volumetria, os elementos estilísticos e os materiais construtivos.

Setor de Renovação (SR) – considerando a situação de descaracterização do conjunto histórico edificado, a ação pública tem por objetivo proporcionar a valorização dos monumentos e elementos significativos, a otimização dos padrões de ocupação e a dinamização de usos e atividades. Para isso, a lei neste setor se torna mais flexível sendo aceitas mudanças mais significativas, com intenção de motivar a reestruturação do conjunto construído.

Setor de Consolidação Urbana (SCU) – a ação pública tem o objetivo de promover a manutenção do padrão de ocupação existente, a otimização das áreas de estacionamento, visando ampliar áreas de convívio público e garantir acesso da população à orla fluvial.

Figura 9: Zoneamento do Bairro do Recife segundo Lei nº 16.290 de 1997



Fonte: Loretto; Freitas (2012), editado.

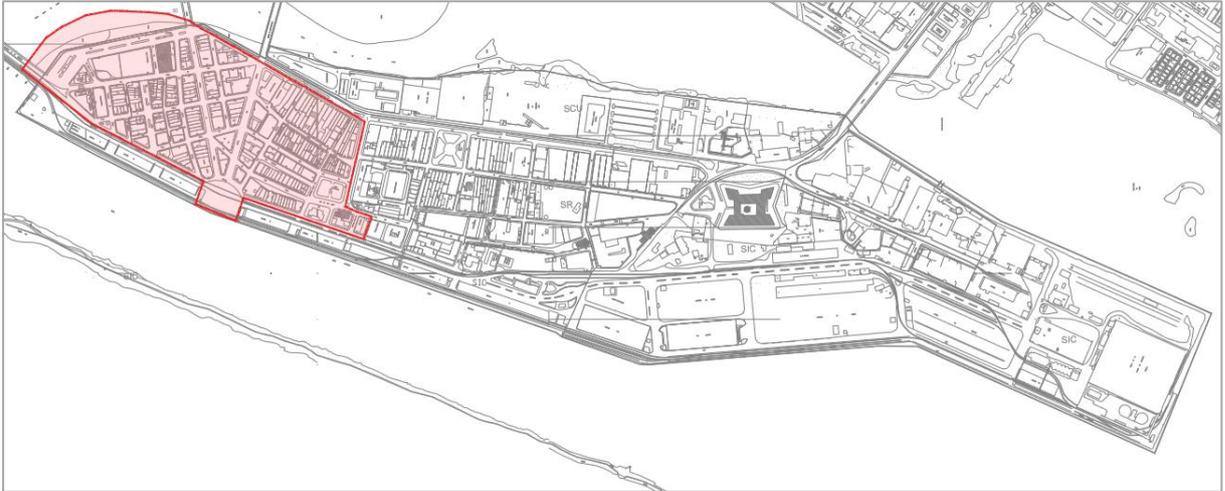
Tais setores têm por objetivo o fornecimento específico de padrões de intervenções, de identificação das necessidades de recuperação do patrimônio cultural, da infraestrutura e a indicação de procedimentos necessários para o empreendimento da intervenção a ser executada. Cada consideração dessa, formulada com parâmetros específicos para cada setor.

Segundo consta nesta lei, os órgãos competentes devem, ao analisar os projetos propostos para as áreas de ZEPH, levar em consideração propostas de restauro e manutenção do imóvel e seu diálogo compatível com o entorno, pertencente ao conjunto integrado do sítio. Essa valorização do bem e a proteção com o entorno, revelam influência da Carta de Atenas de 1931.

A Constituição Federal de 1988, abrange o conceito de patrimônio nacional, através dos seus artigos 215 e 216, onde amplia o conceito de patrimônio para patrimônio cultural brasileiro, citado em seu artigo 216 como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, artigo 216).

Como já mencionado, o tombamento do Bairro do Recife ocorreu em 1998 quando o Iphan aprovou o Processo de nº 1168T-85 referente ao tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife. O perímetro de tombamento abrange a área alvo da reforma de 1910 até a área da Torre Malakoff (Figura 10).

Figura 10 - perímetro de tombamento do Bairro do Recife



Fonte: Unibase Recife, modificada pela autora (2016)

Devido a este fator, o Iphan-PE é o órgão responsável pela preservação e proteção das características existentes no Bairro do Recife e seu entorno.

Loretto (2012) afirma em sua pesquisa que existe um trabalho elaborado pela arquiteta Aline de Figueirôa Silva, em 2007, com o título de “Critérios Para Intervenção no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, na Cidade do Recife-PE”. Neste estudo, a autora apresenta algumas análises, dentre elas, a sugestão de ampliação do tombamento do Bairro do Recife. Para Loretto (2012):

O tombamento federal do Bairro do Recife teve a sua poligonal de proteção definida, entretanto, os estudos que subsidiaram essa ação não se estenderam à delimitação de uma área de entorno, nem à normatização que regeria as intervenções que pudessem ocorrer no conjunto. (LORETTO, 2012)

O Decreto-Lei nº 25 de 1937, de âmbito federal, efetiva a proteção dos monumentos baseados nos artigos:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser **destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas**, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, **fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes**, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (BRASIL, 1937, art. 18 – grifo nosso)

Contudo, o Iphan determina alguns critérios para realização de intervenções arquitetônicas no Bairro do Recife, como exposto na pesquisa elaborada por Loretto (2012). Entretanto, a arquiteta afirma que vem existindo flexibilidade quanto aos critérios de intervenção. Muitos dos critérios apresentados pelos técnicos do Iphan são tidos como sugestão e não como exigência, diante da ausência de parâmetros definidos para a área.

Dentre os critérios estabelecidos pelo Iphan, são analisados para cada situação uma especificidade diferente. Entretanto, no geral, alguns critérios podem ser avaliados de forma generalizada, como por exemplo, o fato da junção de lotes que não vem sendo aprovado pelo órgão, devido a esta ação desencadear a descaracterização do parcelamento original do solo. Os recuos frontais e laterais também não estão sendo aprovados. Entretanto, a interligação das edificações são autorizadas, mediante ao não comprometimento da leitura do volume edificado (LORETTO, 2012).

Como afirma Loretto (2012), quanto ao número de pavimentos, o Iphan tem aprovado a construção de pavimentos para adaptação de novos usos, visto que seria impraticável se isto não ocorresse. Entretanto, é exigido que sejam recuperadas as esquadrias em madeiras, através de prospecções arquitetônicas com intuito de recuperar o desenho original desta (arcos, plenos ou outros). Para fachada, o órgão não aprova revestimentos com panos de vidro e nem matérias que provoquem divergência com o conjunto arquitetônico edificado.

Em relação a acessibilidade exigidas nos projetos de intervenção, Loretto (2012) afirma que o Iphan exige que o pavimento térreo atenda às necessidades especiais de acessibilidade. Quanto aos reservatórios de água⁷ e condicionadores de ar, é exigido que estes estejam inclusos dentro da edificação, não transparecendo em sua fachada.

Como afirma Loretto (2012) faz-se necessário:

...uma normatização específica em âmbito federal para a proteção do Bairro do Recife, de modo a diminuir o subjetivismo nas análises e a respaldar legalmente os pareceres de técnicos da instituição” (LORETTO, 2012, p.17)

Contudo, além das legislações que tratam sobre o patrimônio, como já mencionado contribuem também para proteção do patrimônio histórico as cartas, declarações e tratados, apresentado

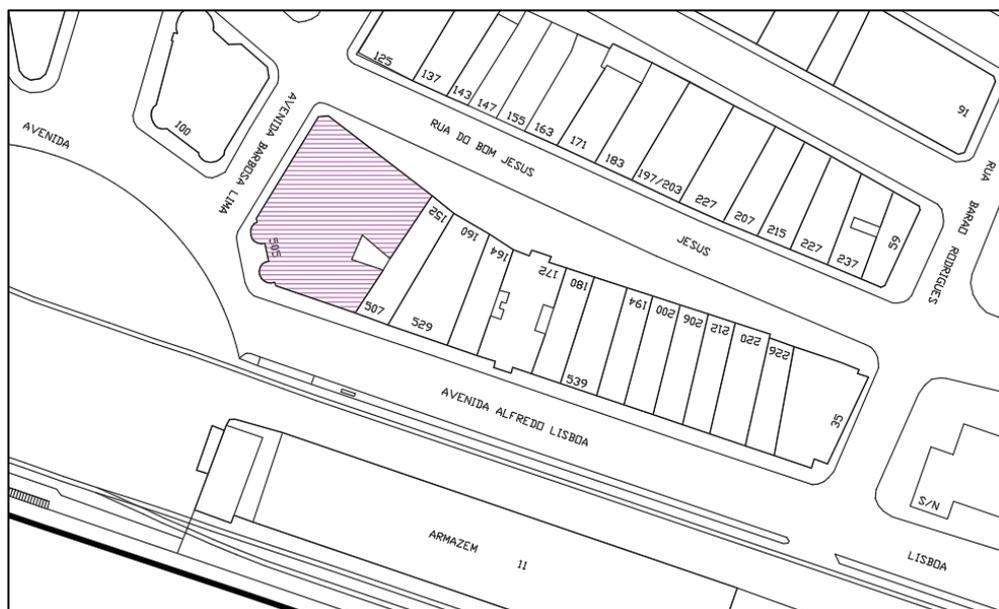
⁷ “Os reservatórios d’água são comumente exigidos dentro da cobertura para não interferir na volumetria e no gabarito total, ao passo que têm sido aprovados poços e exaustores para ventilação e iluminação” (LORETTO, 2012, p. 16)

anteriormente. Por fim, as legislações vigentes que abordam questões patrimoniais e urbanísticas, devem ser revisadas periodicamente, tendo em vista que as cidades pertencem a um grupo que está em constante modificação.

5.1 Caixa Cultural

O imóvel que atualmente sedia a Caixa Cultural do Recife é o Edifício Arnaldo Dubeux, localizado na Avenida Alfredo Lisboa, número 505 (Figuras 12 e 13) e tem suas fachadas voltadas para Avenida Barbosa Lima, Rua do Bom Jesus e Avenida Alfredo Lisboa. Este imóvel possui valor artístico por apresentar elementos ornamentais em seu volume, característicos do ecletismo e por estar inserido em um local de valor histórico, determinado pelos conjuntos arquitetônicos agregados ao entorno.

Figura 12: Localização – Caixa Cultural



Fonte: Unibase Recife (2015), modificada pela autora

Figura 13: Imóvel da Caixa Cultural



Fonte: Caixa Cultural (2015)

A edificação em análise encontra-se na área de tombamento do IPHAN e no Setor de Intervenção Controlada. O imóvel está cadastrado como imóvel de destaque do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Bairro do Recife⁸.

O monumento, segundo dados do Iphan data do início do século XX. Inicialmente foi projetado pelo arquiteto francês Georges Henry Munier para ser a sede *do Bank Of London & South América Limite* (Figura 14), e em 1977 foi comprado pela Bolsa de Valores de Pernambuco e só no ano de 2006, foi adquirido pela Caixa Econômica Federal. O imóvel então passou por reformas e foi aberto ao público em 2012.

Figura 14: Imóvel sede do London Bank



Fonte: Caixa Cultural (1930)

Caracterizado como uma edificação imponente, o imóvel volta-se para três ruas e ocupa o lote por completo, não havendo afastamentos do terreno com as suas fachadas. Suas características originais são de valor eclético, como: a valoração de esquinas, que permitem a simetria do volume; a cúpula; a elevação da edificação ao nível da rua com o uso de escadas na entrada; arcos semicirculares e a diferenciação das esquadrias que distinguem os pavimentos mantendo a simetria, entre outros ornamentos que podem ser identificadas na sua volumetria e fachadas.

A edificação está constituída por três pavimentos, onde o acesso principal está elevado ao nível da calçada, como já mencionado. O pavimento térreo tem um grande vão livre, com colunas redondas e com esquadrias em madeira e vidro que se integram ao pé direito de 7,52m (Figura 15 e 16).

⁸ Ofício nº 701/2007/5a.SR/IPHAN/MinC, agosto de 2007.

Figura 15: Pavimento térreo antes da reforma**Fonte:** Iphan-PE (2007)**Figura 16:** Pavimento térreo após reforma**Fonte:** Trip Advisor [2015]

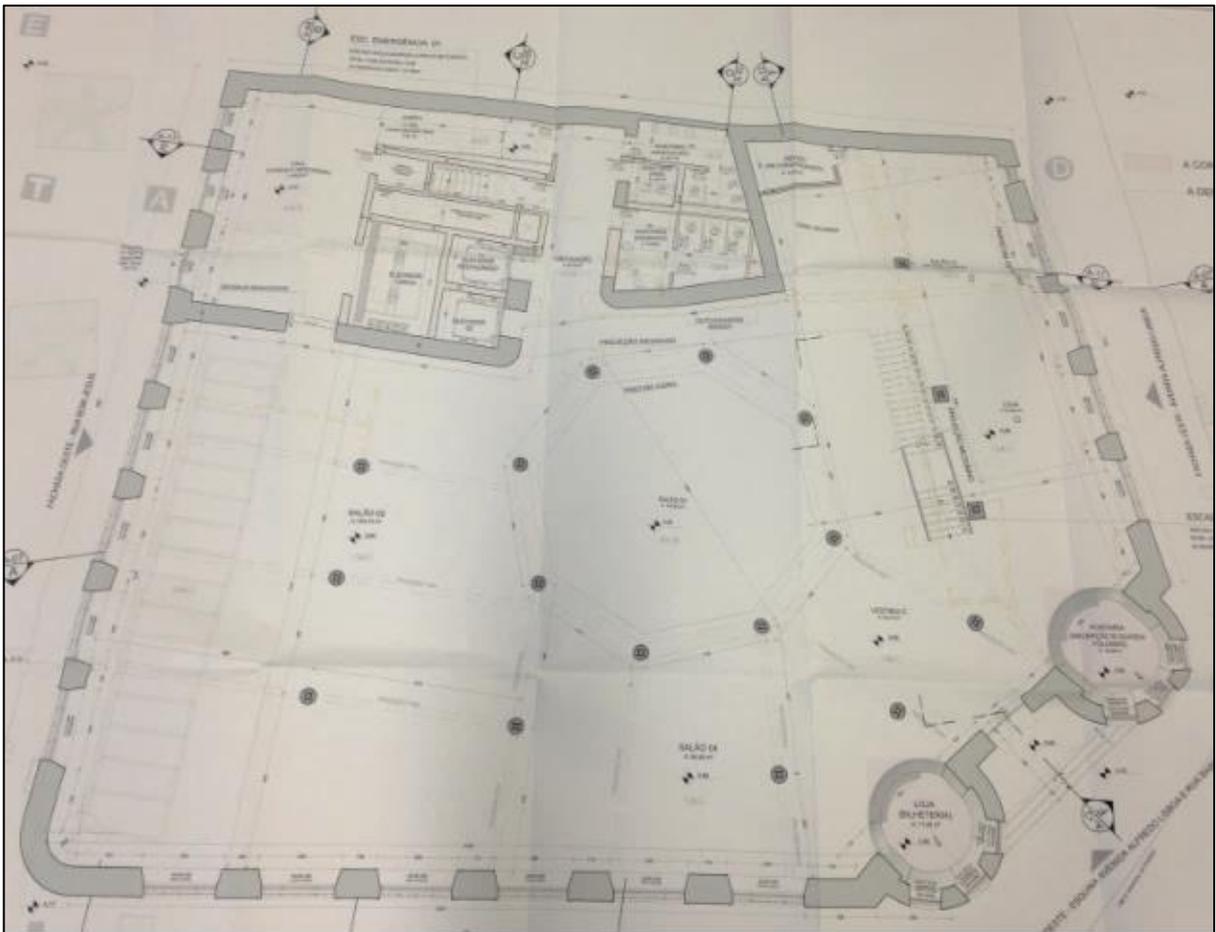
Segundo dados do Iphan, constados no Parecer Técnico nº 013/2007/SR, a edificação antes da reforma encontrava-se com suas fachadas quase íntegras e o pavimento térreo era formado por um grande vão com pé direito generoso, como percebido na Figura 15. O documento ainda relata em sua análise histórica, que as colunas redondas existentes no térreo eram coroadas por capitéis em estilo coríntio, hoje inexistentes. A edificação também possuía uma abertura central em sua cobertura, de forma octogonal com finalidade iluminar e ventilar a nave central da edificação (Figura 17).

Figura 17: Coberta antes da reforma**Fonte:** IPHAN, 2007**Figura 18:** Vista central do imóvel com cobertura em telha transparente**Fonte:** Casinha Dacys, 2015

A reforma realizada no imóvel foi resultado do projeto elaborado pela empresa Acunha Solé Engenharia Ltda e teve por objetivo adaptar sua estrutura para o funcionamento de um centro cultural, que a partir do programa da Caixa Cultural, tem como objetivo patrocinar em seus espaços a realização de eventos, tais como: apresentações, exposição de artes, teatro, entre outros.

O programa proposto para o imóvel, visando adaptação do volume para receber o programa instituído pela Caixa Cultural, ficou definido da seguinte maneira: no pavimento térreo (Figura 19), encontra-se o salão de exposição e à área de serviços, com banheiros, bilheteria e recepção. O mezanino abriga serviços administrativos, tais como copa e vestiário, e a cafeteria (Figura 20).

Figura 19: Planta baixa térreo



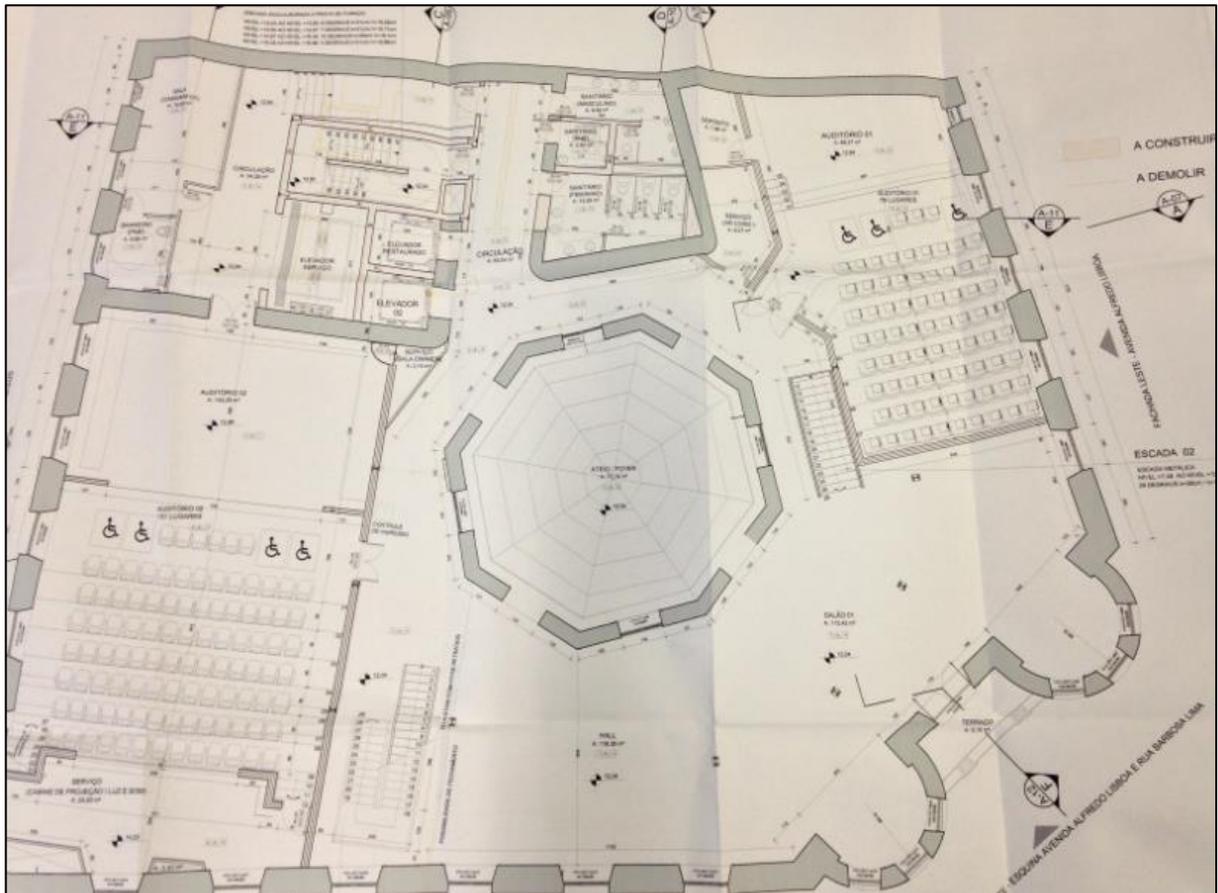
Fonte: Iphan-PE (2008)

Figura 20: Planta baixa mezanino

Fonte: Iphan-PE (2008)

No primeiro pavimento (Figura 21), estão localizados o setor administrativo, dois auditórios, camarim, banheiros, átrio/ *foyer*, e mais uma área para exposição, denominadas como salão e no segundo pavimento, oficinas, administrativo e camarins.

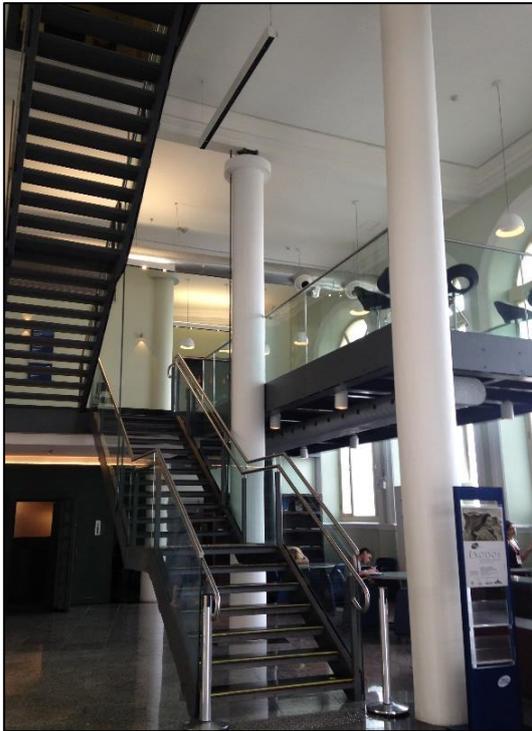
Figura 21: Planta baixa primeiro pavimento



Fonte: Iphan-PE (2008)

A proposta final de adaptação do imóvel para o novo uso, após deliberações entre os projetista e técnicos do Iphan, foi elaborada de forma a possibilitar a distinguibilidade dos elementos, visto que internamente é possível distinguir elementos novos, como as escadas e mezanino em estrutura metálica, os elevadores, as luminárias pendentes modernas e as tubulações de ar condicionado aparente (Figura 22), diferenciando dos elementos antigos restaurados, como as esquadrias, portas, colunas e pintura. Outro ponto que destaca essa distinguibilidade são os achados arqueológicos, que ficaram aparentes e cobertos por um piso em vidro temperado (Figura 23).

Figura 22: Vista do pavimento térreo com elementos novos inseridos juntamente com os já existentes na edificação



Fonte: Autora (2016)

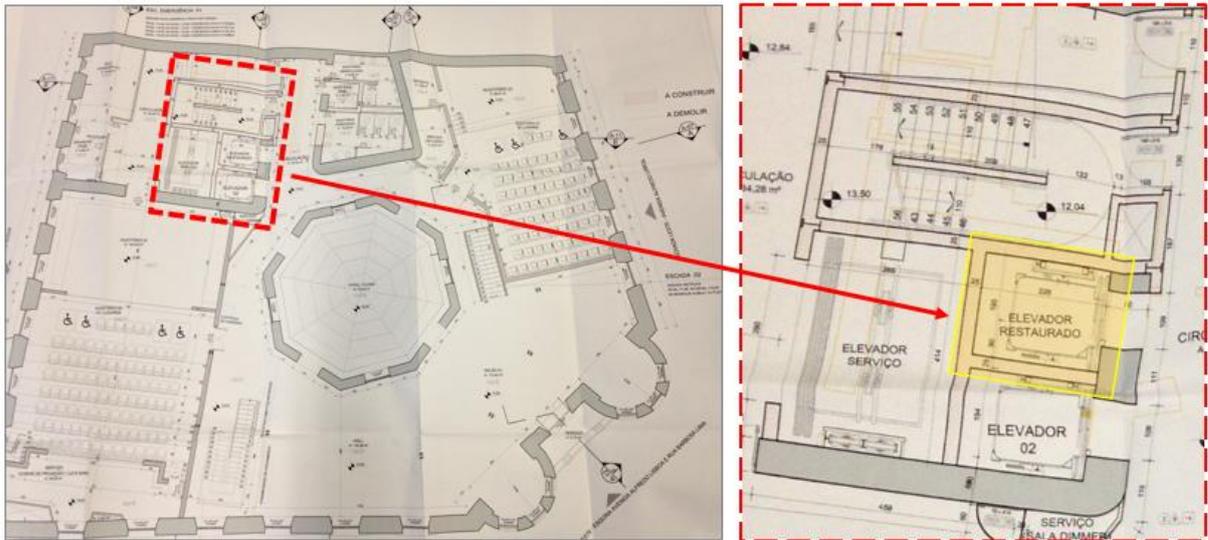
Figura 23: Escavações aparentes, coberta com estrutura metálica e vidro



Fonte: Autora (2016)

O projeto foi inicialmente encaminhado para análise do Iphan em agosto de 2007. Esta primeira proposta consistia em analisar o estudo preliminar do projeto de arquitetura para reforma e restauração da edificação para implantação da Caixa Cultural do Recife. Entretanto, a proposta não foi aprovada. O Iphan argumentou que para esta edificação, o mezanino, então proposto em concreto e fixado nas paredes laterais, deveria ser eliminado, visando que o pavimento térreo deveria manter suas características originais, pretendendo preservar a imponência do ambiente através da leitura uniforme do local. O parecer também fez referência aos elevadores, no qual foi sugerido que fosse restaurado o elevador existente (Figura 24).

Figura 24: Planta baixa com destaque para elevador “restaurado”



Fonte: Iphan (2008)

Figura 25: Elevadores existentes na edificação a partir de intervenção ocorrida em 2008, com destaque para “elevador restaurado”

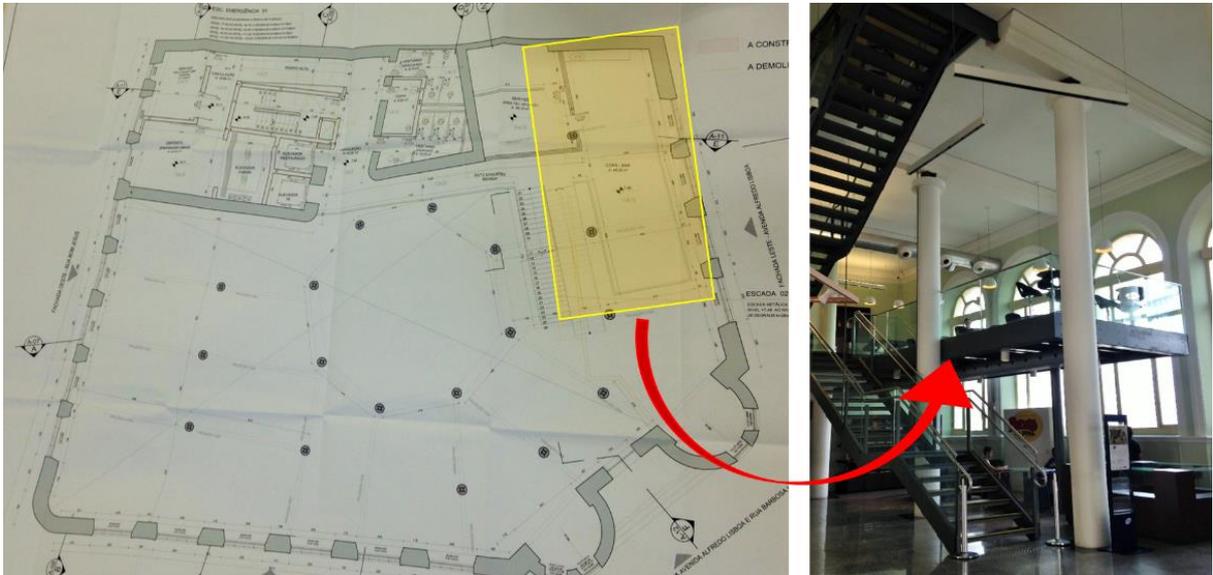


Fonte: Viagem sem bagagem (2015)

Em outubro de 2007, houve então uma reunião com técnicos do Iphan e da CAIXA, onde ficou decidido que o mezanino poderia ser mantido, entretanto “substituindo o existente em concreto por uma estrutura mais leve e contemporânea, totalmente afastada das esquadrias da fachada

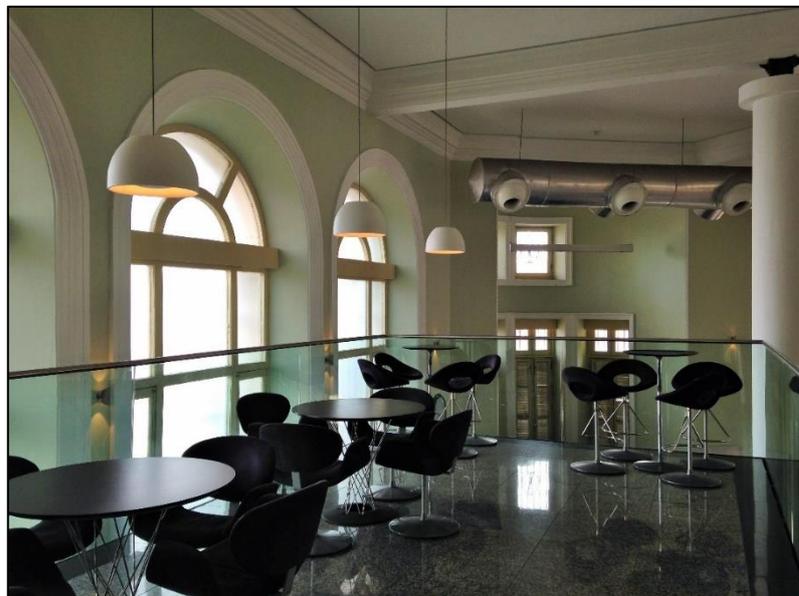
que dá para a Avenida Alfredo Lisboa”⁹ (Figura 26). Desta forma, a proposta foi reapresentada em julho de 2008.

Figura 26: Planta Baixa do imóvel com destaque para mezanino



Fonte: Iphan (2008) e Autora (2016).

Figura 27: Mezanino



Fonte: Autora (2016)

⁹ IPHAN, Ofício n° 888/2007/5a.SR/IPHAN/MinC. Recife, 2007.

Figura 29: Fachada Rua do Brum

Fonte: Autora (2016)

Figura 30: Fachada Cais do Apolo

Fonte: Escritório Juliano Dubeux [2013]

O imóvel atualmente, não está inserido na poligonal que delimita o perímetro de tombamento instituído pelo Iphan ao Bairro do Recife, porém, segundo dados da instituição, existe um estudo, ainda em processo de aprovação, da arquiteta Aline Figueirôa, que amplia esse perímetro. Caso a análise seja aprovada, o imóvel fará parte da área protegida pelo Iphan. Entretanto, o imóvel está localizado no entorno imediato de bens tombados, como o próprio conjunto arquitetônico do Bairro do Recife, a Igreja do Pilar e o Forte do Brum, embora não tenha sido definido oficialmente o perímetro da área de entorno.

Como se pode perceber da Unibase (Figura 28), trata-se na verdade de dois lotes, um voltado para a Rua do Brum e outro voltado para o Cais do Apolo, que foram interligados para receber o novo uso. As edificações pré-existentes em cada lote possuem aspectos distintos. A edificação voltada para a Rua do Brum possui as características de um sobrado histórico, assim como suas edificações vizinhas, embora já alteradas. O imóvel voltado para o Cais do Apolo, por sua vez, possui características de um galpão industrial.

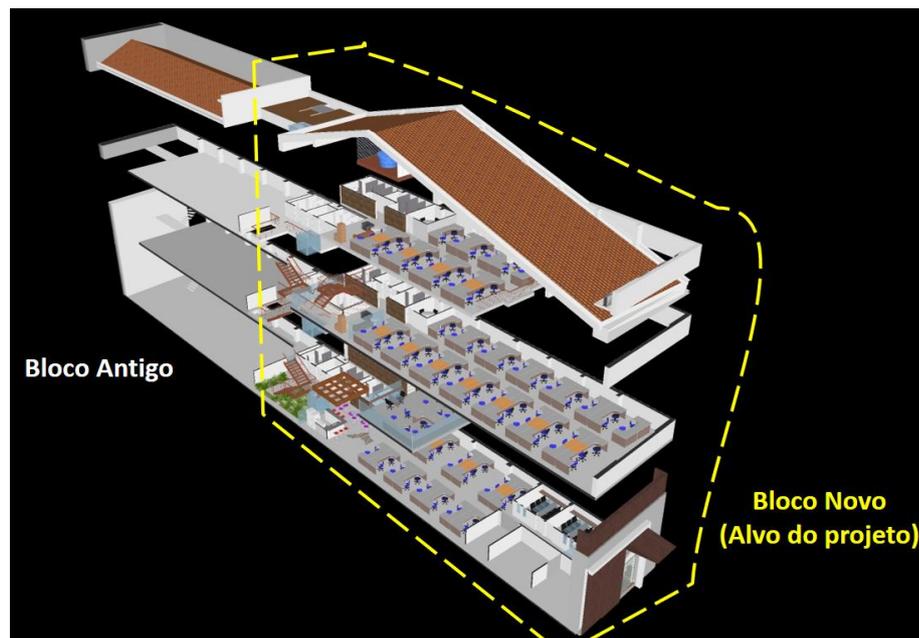
O imóvel voltado para Rua do Brum, já havia passado por reformas anterior ao projeto estudo dessa análise. Esta primeira reforma ¹⁰foi de autoria dos arquitetos Roberto Montezuma

¹⁰ Não foi encontrado dados específicos sobre esta reforma, apenas alguns dados coletados em ofícios para intervenção do imóvel do Cais do Apolo.

juntamente com Luiz Carvalho, que projetaram em 2006 para apenas parte da edificação, o outro volume ficando sem uso.

Em 2007, o Escritório Juliano Dubeux desenvolveu uma proposta com objetivo de interligar e dar uso as duas edificações, adaptando-as de modo a receber o CESAR, adequando-a para uma empresa de tecnologia.

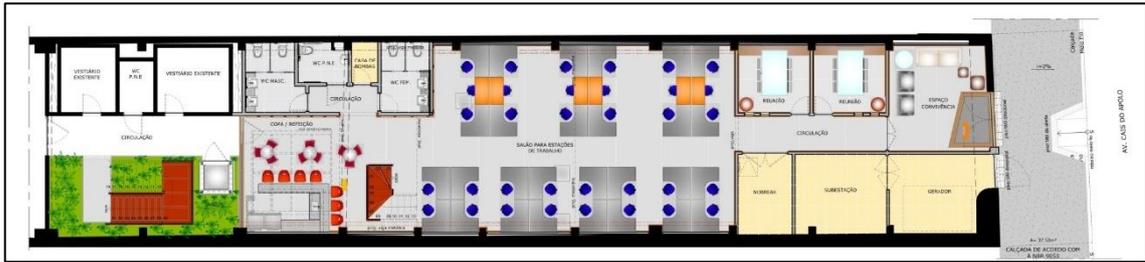
Figura 31: Corte isométrico para visualização do volume a ser intervenido (em destaque como bloco novo) diferenciando do projeto anterior, intervenido em 2006.



Fonte: Escritório Juliano Dubeux [2013]

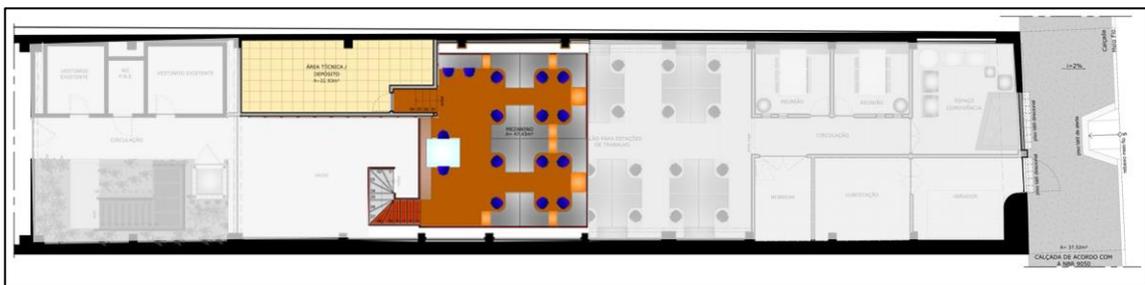
O CESAR, em seu programa fez algumas exigências para qualificar o uso por inteiro da edificação. Para isto, ficou distribuído nos pavimentos construídos para adaptação do imóvel a seguinte estrutura: no pavimento térreo (Figura 32), encontram-se banheiros, área social, copa, sala de estar, espaço de convivência, área de produção (esta composta pelas salas de reuniões e estações de trabalho) e por fim, área técnica para abrigar máquinas modernas, como gerador, nobreak e subestação. O mezanino (Figura 33) comporta o depósito e salas de produção. O primeiro pavimento (Figura 34) e o segundo pavimento (Figura 35) foram adequados para receber salas de produção existentes desde o térreo, banheiros e uma pequena área social.

Figura 32: Planta baixa - térreo



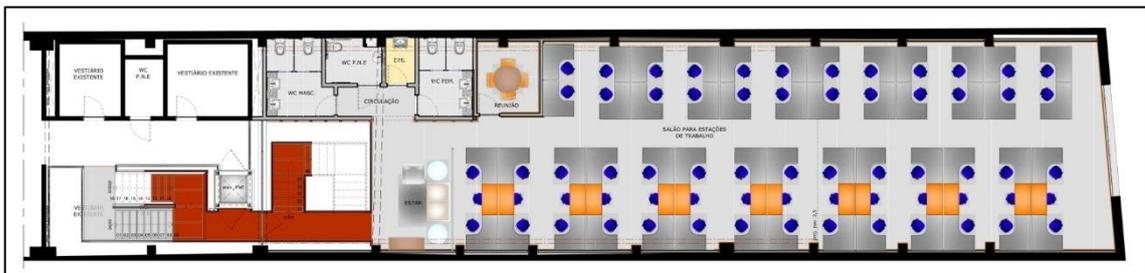
Fonte: Escritório Juliano Dubeux [2013]

Figura 33: Planta baixa - mezanino



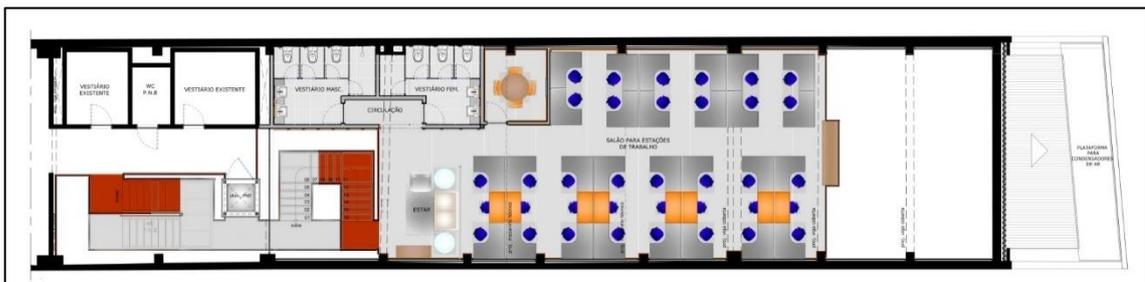
Fonte: Escritório Juliano Dubeux [2013]

Figura 34: Planta baixa -primeiro pavimento



Fonte: Escritório Juliano Dubeux [2013]

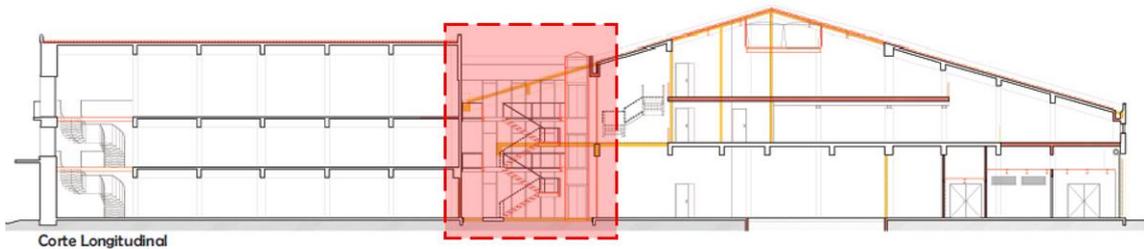
Figura 35: Planta baixa - segundo pavimento



Fonte: Escritório Juliano Dubeux [2013]

A junção dos pavimentos existentes no volume da Rua do Brum com a junção dos pavimentos criados para o novo volume, o do Cais do Apolo, foi considerado como sendo o grande desafio do projeto. A solução proposta foi uma escada metálica (Figura 36 e 37), com vários patamares, localizada no pátio central, para que desse modo, fosse possível atingir todos os níveis existentes na edificação. Desta forma, esse elemento ao mesmo tempo em que separa e distingue os dois imóveis, respeitando a configuração urbana do local, é o elemento de ligação que permite uni-los.

Figura 36 - Corte com destaque para escada que interliga verticalmente todos os pavimentos



Fonte: Escritório Juliano Dubeux [2013]

Figura 37: Escada em estrutura metálica localizada no pátio central

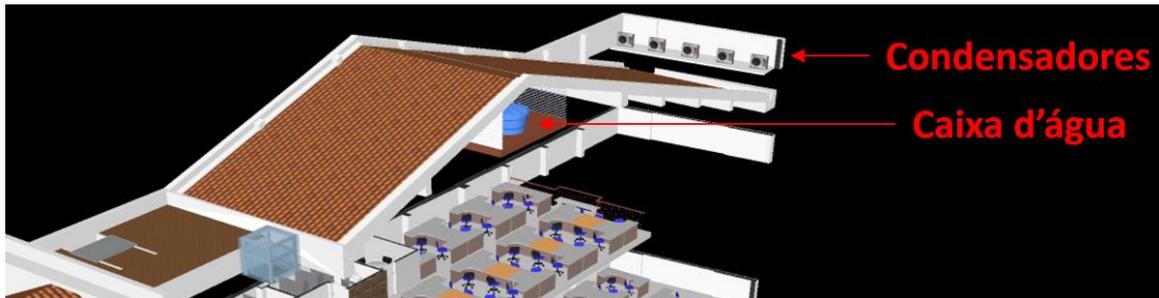


Fonte: Acervo do escritório Juliano Dubeux [2013]

É importante destacar as soluções propostas para abrigar novas instalações resultantes do novo uso, como a instalação de caixa d'água em volume superior ao de uma residência e a instalação de ar condicionado.

As caixas d'água estão localizadas embaixo da cobertura e foi construída uma plataforma para abrigar os condensadores de ar (Figura 38).

Figura 38 - Perspectiva destacando condensadores e caixas d'água



Fonte: Escritório Juliano Dubeux [2013], editado.

Como são novos usos se adaptando a edificações antigas, é necessário pensar onde irão ficar os novos equipamentos, sendo assim, foi pensado para esse projeto que o local para geradores e subestação ficassem no térreo (Figura 39) e a área técnica/ depósito, estão localizadas no mezanino (Figura 40).

Figura 39: Pavimento térreo - planta baixa com destaque para área de geradores e subestação



Fonte: Juliano Dubeux, [2013]

Figura 40: Mezanino - Planta baixa com destaque para área técnica



Fonte: Juliano Dubeux, [2013]

Visto isso, nota-se que todos os equipamentos acabam então inseridos dentro do lote, não comprometendo as fachadas e, portanto, não comprometendo a leitura do conjunto arquitetônico. Considerando que os equipamentos atuais são grandes e precisam de manutenção e, geralmente demandam acesso direto para Rua, para esta edificação, o acesso a essas áreas é feito pela fachada voltada para o Cais do Apolo.

Em pesquisa aos documentos do Iphan, o projeto para reforma do volume localizado no Cais do Apolo, foi inicialmente encaminhado para análise em março de 2007. Em janeiro de 2008, foi realizada uma vistoria no imóvel por técnicos do Iphan, e foi apontado que “a fachada e o volume voltado para o Cais do Apolo não foi reformado, permanecendo sem uso e com coberta de telha de fibrocimento”¹¹ (Figura 41 e 42). Também ficou constatado neste parecer que a área de solo natural, encontrava-se coberta com telhas transparentes (Figura 43). Entretanto esta área de solo natural era intitulada pelo Iphan como espaço de valor significativo destinado à preservação, visto isso, esse vazio central foi restaurado, apresentando com nova função de interligar os imóveis.

Figura 41: Fachada Cais do Apolo antes da reforma de 2013



Fonte: Iphan (2007)

¹¹ Iphan-PE, Ofício n°74/APL/2008.

Figura 42: Coberta com telha de fibrocimento



Fonte: Iphan (2007)

Figura 43: Vista do pátio com coberta, este designado como área de solo natural



Fonte: Iphan (2007)

Em março de 2012, o Iphan determinou que fosse realizado uma prospecção na fachada a fim de encontrar elementos arquitetônicos com relevância histórica que pudessem descrever a composição original da edificação sendo assim, foi realizada a remoção de uma faixa de reboco (Figura 44 a 46). Entretanto, não foram identificados tais elementos arquitetônicos. A partir dessas considerações o arquiteto optou por restaurar essa fachada tal como ela se encontrava, com o aspecto de galpão. Por fim, o processo foi reencaminhado com as alterações, e aprovado em 18 de abril de 2013.

Figura 44: Prospecção da fachada do imóvel voltado para o Cais do Apolo



Fonte: IPHAN (2012)

Figura 45: Prospecção fachada; Remoção de faixa de reboco, altura de 0,30m.



Fonte: IPHAN (2012)

Figura 46: Prospecção fachada; Remoção de faixa de reboco, altura de 0,30m.



Fonte: IPHAN (2012)

5.3 Empresarial Bom Jesus

A edificação que sedia o Empresarial Bom Jesus, está localizada em rua de mesmo nome, Rua do Bom Jesus, número 183, e encontra-se inserido dentro do perímetro de tombamento do Iphan.

Figura 47: Localização



Fonte: Unibase Recife (2015), modificada pela autora

Figura 48 - Fachada Rua do Brum



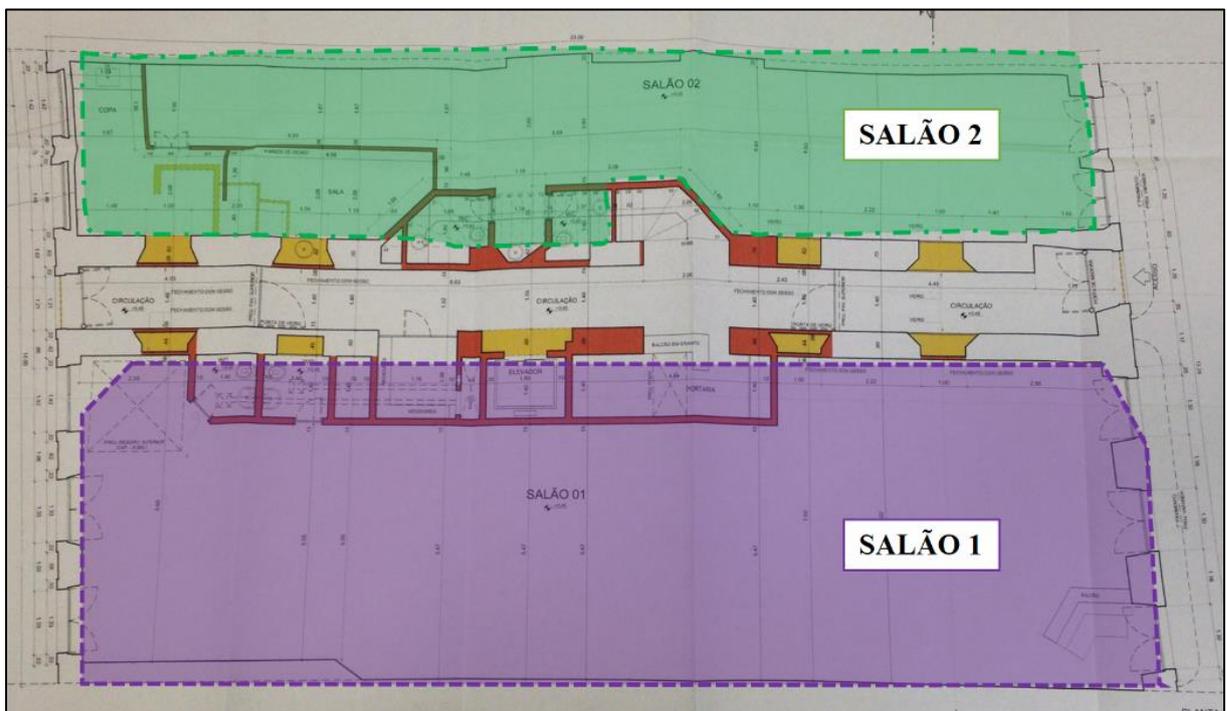
Fonte: Google Maps (2016)

Como consta no parecer técnico, o edifício em questão “na verdade trata-se de dois imóveis, um com três e outro com quatro pavimentos que foram interligados e incorporaram um antigo beco entre eles, mantendo a leitura externa de imóveis independentes”¹². Entretanto, como se percebe da vista externa, não é possível identificar a presença do antigo beco.

Não foram identificadas informações sobre a situação do imóvel antes da reforma que o adaptou para abrigar diversos escritórios, de modo que o que se apresenta a seguir é a proposta propriamente dita.

Através das plantas apresentadas ao Iphan, datadas de novembro de 2009, foi analisado que o programa para adaptação do imóvel foi constituído da seguinte maneira: o pavimento térreo está delimitado de tal forma que abriga dois salões, cada um voltado para um lote do conjunto da edificação. O salão 1 e o salão 2 não possuem ligação direta com a edificação e atualmente o salão 1 abriga a “embaixadora dos bonecos gigantes de Olinda” (Figura 49 e 50).

Figura 49: Planta baixa pavimento térreo destacando salão 1 e 2.



Fonte: Iphan (2009)

¹² Iphan, parecer técnico nº PT/07/LA/2015, Recife, 2015.

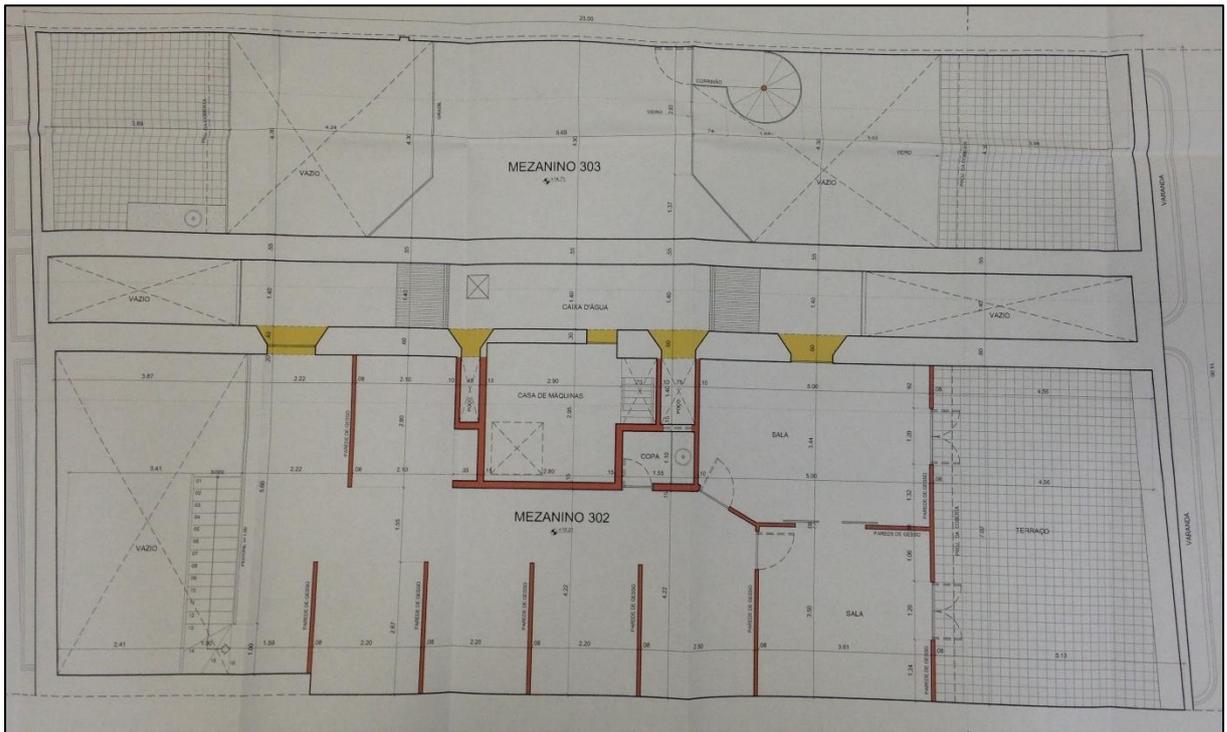
Figura 50: Fachada do imóvel determinado pelas aberturas 1, 2 e 3, sendo essas respectivamente, a exabaixadora dos bonecos gigantes (1) salão 2 (2) e a entrada principal da edificação (3)



Fonte: Google Maps (2016) com modificação da autora.

O primeiro pavimento da edificação, abriga diversos escritórios independentes, todos com banheiros e com um corredor de acesso. O segundo pavimento e o terceiro, abrigam algumas salas, supostamente para uso de escritórios, estas possuem também banheiros em seus pavimentos. Há ainda um mezanino no terceiro pavimento (Figura 51), com acesso para o terraço existente na cobertura (figura 52), este mezanino constitui áreas de serviço do edifício, como casa de máquina para os elevadores, e com salas para possíveis escritórios.

Figura 51: Planta baixa mezanino inserido no terceiro pavimento



Fonte: Iphan (2009)

Figura 52: Destaque para mezanino inserido no terceiro pavimento com acesso ao terraço existente na coberta



Fonte: Iphan (2009)

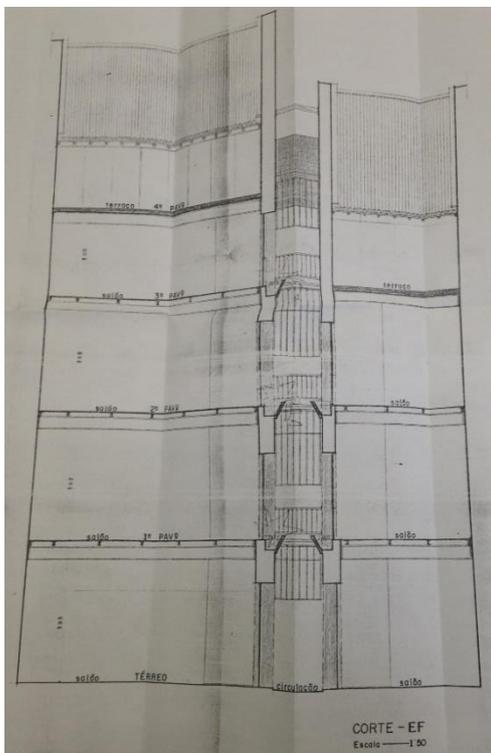
O antigo beco funciona como elemento de ligação, vertical e horizontal, entre as duas edificações. Apesar deste não ser visto na fachada da edificação, internamente ele pode ser apreendido (Figura 53 a 55).

Figura 53: Beco interligando edificações, servindo como circulação entre as salas existentes nos pavimentos



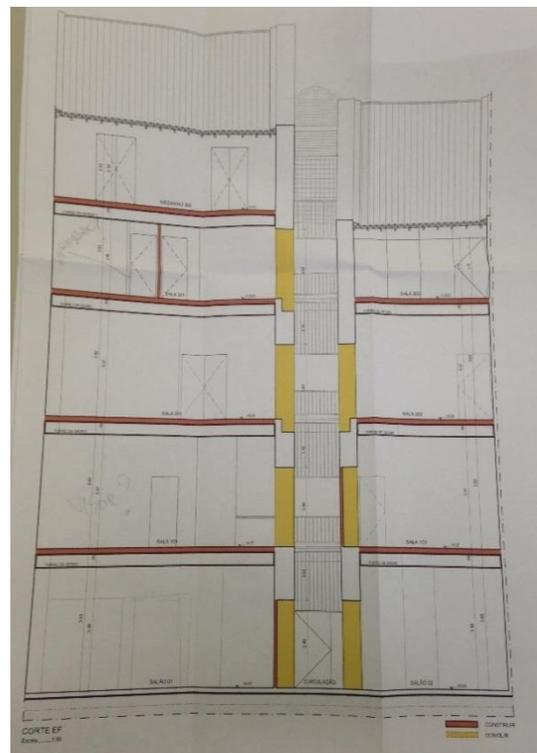
Fonte: Autor (2016)

Figura 54: Corte com beco interligando volumes, aprovado em 1997



Fonte: Iphan (1997)

Figura 55: Corte representando o imóvel restaurado com beco interligando volumes



Fonte: Iphan (2009)

Atualmente esta edificação funciona como um “empresarial” abrigando escritórios de variados setores em sua estrutura, entretanto, foi permitido acessar apenas uma sala dos escritórios abrigados na edificação e o corredor do primeiro pavimento. Com isso, foi possível observar que, internamente, a reforma presente na edificação para adaptação do novo uso foi projetada através da preservação de algumas características históricas, tais como a restauração da esquadria e a permanência de algumas paredes sem reboco (Figura 56 e 57).

Figura 56: Sala de Reunião em escritório localizado no 1º pavimento



Fonte: Autor (2016)

Figura 57: Recepção de escritório localizado no 1º pavimento



Fonte: Autor (2016)

Este projeto foi inicialmente encaminhado para análise em dezembro de 2004 onde passou por avaliações técnicas, podendo ser verificada segundo pesquisas nos documentos do Iphan, a resistência deste em não aprovar o projeto devido a não visibilidade do beco, constituído entre os volumes que tinha função de passagem entre as Ruas do Bom Jesus e Domingos José Martins. Além disso, o terraço já existente na cobertura da edificação, também não era autorizado pelo Iphan. O Iphan determinava em suas análises que este beco fosse reconstituído e ficasse de forma aparente nas fachadas entre as edificações.

Em abril de 2007, é apresentada uma nova análise sobre o projeto encaminhado, onde foi atendida as exigências orientadas pelo Iphan, porém, a exigência da reconstituição do beco e do terraço não foram concebidas, como pode ser visto no ofício nº 220/2007/5ªSR/IPHAN/MinC: “esta instituição recomenda a recomposição primitiva da cobertura (estrutura e revestimento) e a recuperação do beco, como forma de salvaguardar as características tradicionais do bairro histórico”, sendo assim, o projeto não-recebeu o parecer de aprovação.

O caso em questão passou então para análise da procuradoria federal, considerando o impasse entre a situação existente e a não aprovação do projeto. A análise da procuradoria solicitava a comprovação de existência do beco e da alteração da cobertura, apontando ainda que “em princípio, não se vislumbra a possibilidade de utilizar instrumentos de preservação coercitiva para fazer o imóvel retornar ao estado anterior, se no momento do tombamento o mesmo já estava descaracterizado”, registrado em Nota nº 00070/2015/PROT/PFIPHANPE/PGF/AGU citado no parecer do Iphan nº 018/LA/2015.

Foi realizada então uma pesquisa histórica por técnicos do Iphan, onde foi identificado que este beco não existia desde 1648¹³. O mapa urbanístico da cidade do Recife, datado de 1808, elaborado pelo engenheiro JF Portugal, apresenta pela primeira vez o beco em questão (Figura 58):

Neste mapa, o beco segue desde a atual Rua do Bom Jesus até a atual Rua do Apolo. Já no mapa seguinte, datado de 1854, o beco já não é representado no trecho entre a Rua do Bom Jesus e a Rua Domingos José Martins, mas se mantém nos trechos seguintes (IPHAN-PE, 2015, p.06).

¹³ Iphan – PE, Informação técnica nº 018/LA/2015

Figura 58: Mapas comparativos datados de 1808 e 1854 com indicação do beco.



Fonte: Iphan (2015)

Através das análises apresentadas e estudos elaborados pelo Iphan, estes indicam que possivelmente o beco já não existisse desde 1854. A informação técnica do Iphan também destaca que o Bairro do Recife passou por um processo urbanístico no século XX, já discutido nesta pesquisa, redesenhando o Bairro conseqüentemente, originando a malha urbana do Bairro do Recife existente até os dias atuais.

Vale salientar que o projeto aprovado em 1997 era anterior ao tombamento do Iphan no Bairro do Recife.

Visto isso, com relação aos terraços motivos de discussão, anteriormente apresentado, estes eram aprovados pela Prefeitura do Recife desde 1996. Sendo assim, o projeto que foi aprovado em 1997 acatava com a legislação vigentes da época, constatando que não havia necessidade de que a edificação fosse restituída a características prévias ao tombamento do Bairro.

Em entrevista ao projetista e também morador do imóvel, ele comentou que as edificações estavam em estado de arruinamento quando ele iniciou o processo de recuperação. As primeiras edificações adquiridas pelo morador foram as de número 140 e 134 e em seguida, o imóvel de número 146, onde hoje funciona sua garagem.

O arquiteto buscou em seu projeto a recomposição da volumetria da edificação que estava deteriorada, considerando a recuperação de elementos estilísticos e volumétricos internos e externos.

O imóvel é composto por quatro pavimentos, e a escada (Figura 61) que dá acesso a esses pavimentos é em madeira e estrutura metálica. A escada antiga, unia em pouca distância o térreo com o primeiro pavimento, atingindo uma altura de 4,32 metros em uma distância aproximada de 6,00 metros, alcançando degraus de quase 20 centímetros. Sendo assim, o arquiteto demoliu esta escada e propôs outra, tanto por conta de normas técnicas quanto pela adaptação do projeto, que agora estaria propondo um mezanino.

Figura 61: Escada em madeira e estrutura metálica



Fonte: Autor, 2016.

Para garantir acessibilidade, o arquiteto propôs em seu projeto um elevador (Figura 62) que não chega a ser imponente mediante ao partido do projeto.

Figura 62: Vista pavimento térreo com destaque para elevador



Fonte: Casa de Actus (2016)

Em visita acompanhada ao imóvel, o arquiteto chamou atenção nos banheiros para as bacias sanitárias (Figura 63), estas são de uma linha que é suspensa para que a tubulação passe pela parede, não comprometendo o piso que é todo estruturado em madeira.

Figura 63: Bacia sanitária suspensa com tubulação de parede



Fonte: Autora, 2016.

Em plantas apresentadas para aprovação do projeto, foi possível analisar que não houveram demolições estruturais de grandes impactos, apenas construções de paredes para adaptação do projeto ao imóvel, sendo a estrutura dos pavimentos vinculados ao uso de madeira e estrutura metálica.

Existia um beco, chamado Beco da Luxuria onde hoje funciona como terraço (Figura 64 e 65). Este, segundo o arquiteto, era uma passagem pública que interligava a Rua do Apolo até a Rua da Guia. Porém, o imóvel localizado na Rua da Guia, atualmente bloqueia esse trecho e então o arquiteto do imóvel em discussão com auxílio de técnicos do Iphan, decidiram fechar com gradis este beco, para que este local fosse incorporado à residência.

Segundo dados documentais apresentados ao Iphan, o imóvel aponta em suas fachadas elementos do século XVIII, conforme documento datado de 02 de junho de 2009, anexado a análise do projeto. Sendo assim, o arquiteto buscou recuperar alguns ornamentos e inserir outros a partir de prospecções arquitetônicas e pesquisas históricas. Elementos em cantaria tanto em pedras de Lioz como em Arenito foram encontrados e preservados. Nas fachadas, lateral e posterior estes elementos estão apresentados nas soleiras e ombreiras em Arenito e na fachada frontal, nas soleiras em Lioz.

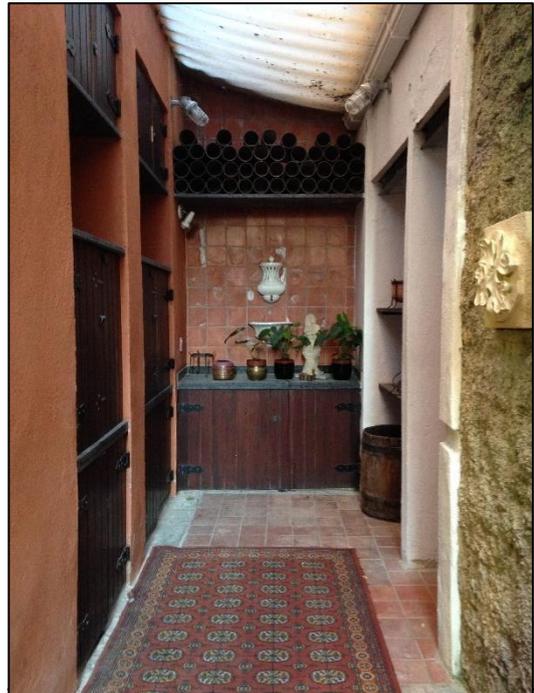
Em junho de 2008, foi encaminhado para o Iphan o projeto de restauração e reforma, com finalidade de habitação unifamiliar, para imóvel localizado na Rua do Apolo, 134. E em julho de 2008 o projeto foi aprovado.

Figura 64: Terraço (antigo Beco da Luxúria)



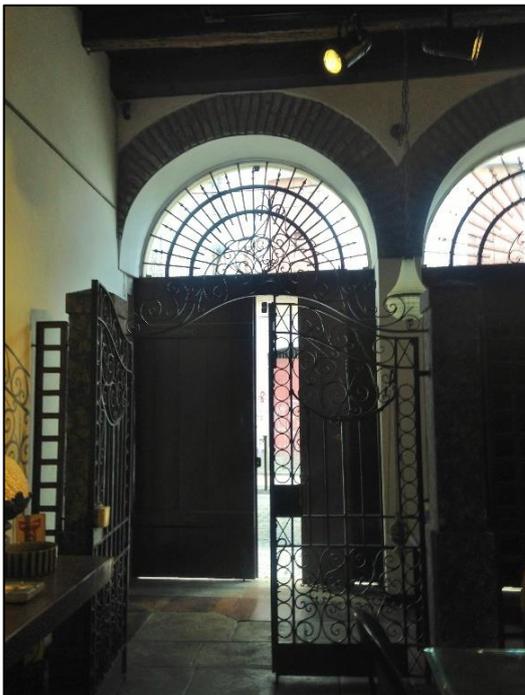
Fonte: Autora (2016)

Figura 65: Terraço (antigo Beco da Luxúria)



Fonte: Autora (2016)

Figura 66: Esquadrias e ornamentos recuperados



Fonte: Autora (2016)

Figura 67: Vista da cozinha com ornamento inserido



Fonte: Autora (2016)

Figura 68: Espaço para eventos com detalhe para estrutura em madeira do mezanino



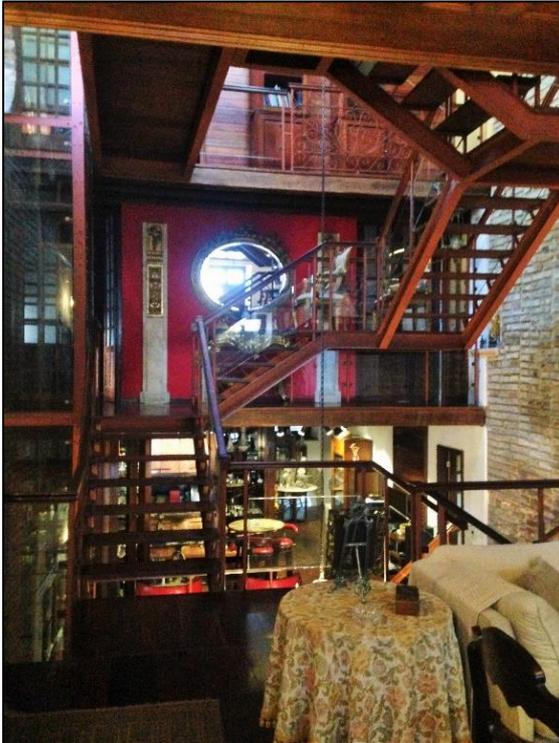
Fonte: Autora (2016)

Figura 69 - Portas e gradis recuperados e portão em modelo clássico inserido no projeto



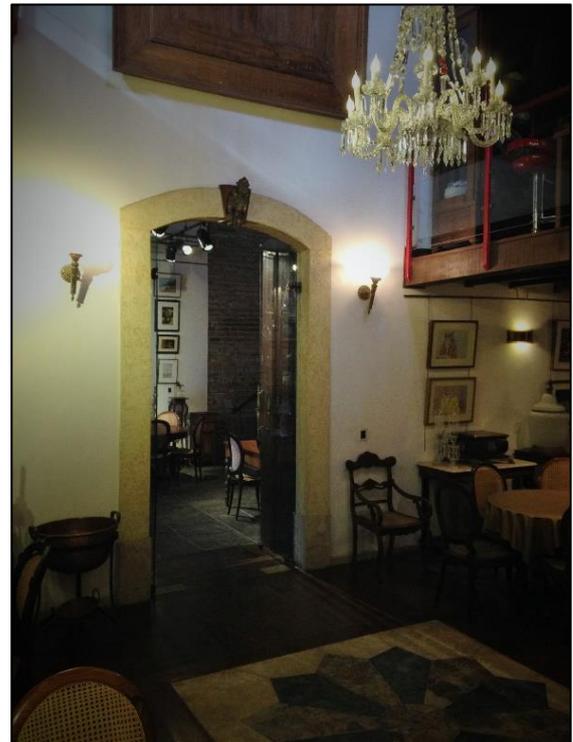
Fonte: Autora (2016)

Figura 70: Vista escadaria e mezanino



Fonte: Autora, 2016.

Figura 71: Portal com ornamentação nova seguindo a curvatura já existente no outro imóvel.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 72: Vista do escritório com ornamento recuperado



Fonte: Autora, 2016.

Figura 73 - Parede original com ornamentação nova



Fonte: Autora (2016)

Figura 74 - Portas recuperadas



Fonte: Autora (2016)

Figura 76: Fachada Rua do Apolo 181 e 175



Fonte: Autora (2016)

Figura 77: Fachada lateral, Apolo 181



Fonte: Autora (2016)

Figura 78: Fachada Cais do Apolo, 212



Fonte: Google Maps (2016)

Analisando as fachadas das edificações, percebe-se que estas apresentam dois pavimentos vistos da Rua do Apolo e apenas um quando vista do Cais do Apolo. O imóvel localizado na Rua do Apolo apresenta características de sobrado colonial, constatados a partir de sua fachada, identificando que esta apresenta gradis em ferro tanto nas janelas quanto na sacada (em forma de balcão corrido), esquadrias em madeira com vergas e ombreiras e o paralelismo das

esquadrias entre os pavimentos, enquanto o imóvel localizado no Cais do Apolo tem característica de galpão.

Anterior a intervenção desta, os sobrados encontravam-se desocupados há alguns anos e apresentavam grande estado de degradação. A edificação de número 181 não possuía mais grande parte de sua cobertura (Figura 79) o que ocasionou uma situação bastante precária, comprometendo a maior parte da edificação, como tratado no ofício de nº 100/2001. Este afirma também que por falta de cobertura, a área interna ficou exposta (Figura 80 e 81), permitindo a infestação de cupim nas paredes, esquadrias e no madeiramento de sustentação do piso do 1º pavimento, colocando este em situação de risco.

Figura 79 - Coberta do sobrado 181 e 175 da Rua do Apolo.



Fonte: Iphan (2001)

Figura 80 Esquadrias deterioradas



Fonte: Iphan (2001)

Figura 81 - Último pavimento, com área interna exposta



Fonte: Iphan (2001)

Em 1998 houve uma reforma no sobrado de número 175, este previa em sua proposta a reutilização do imóvel para adaptação de um bar/ restaurante. Na época em que foi aprovado, 11 de agosto de 1997, o projeto¹⁴ não necessitava da aprovação do Iphan por anteceder o tombamento deste ao Bairro do Recife. Devido a este fator, a reforma – não concluída – nesta edificação, descaracterizou internamente o bem por completo “na medida em que substituiu pisos em madeira por lajes, e sem respeitar a altura das esquadrias e mais, deixou-o sem a necessária cobertura, portanto à mercê das intempéries” como relatado no parecer técnico de nº 165/DPE/ERBR/2002.

O novo projeto de intervenção para os sobrados em questão, de autoria do arquiteto Manuel Leonardo Guimarães, pretendia interligar os imóveis, para que fosse possível manter suas características originais de uma única edificação, como mencionado no início desta análise. Visava também a recuperação completa do imóvel, onde buscou a reconstituição das fachadas, cobertas, arcos e esquadrias. Para a reconstrução da coberta, foram feitas pesquisas fotográficas da evolução histórica do bairro, pretendendo que esta não descaracterizasse o bem patrimonial.

O programa instituído para o projeto determina que, para o pavimento térreo das edificações nº181 e 175¹⁵, estas abriguem recepção, espaço para produção (filmes, músicas, entre outros). Em entrevista ao arquiteto do Porto Digital, Gustavo Rocha, foi informado que esses espaços de produção encontram-se afastados da paredes estruturais da edificação, devido a acústica necessária para execução das tarefas exigidas nessas salas.

¹⁴ Não foram obtidos dados sobre a disposição interna dos ambientes sobre a reforma ocorrida em 1998.

¹⁵ As plantas arquivadas no Iphan com o projeto de aprovação para o térreo, não estão atualizadas com o programa existente nesta edificação.

Figura 82: Sala para produção e reprodução de filmes



Fonte: Autora (2016)

Figura 83: Sala para produção e reprodução de filmes



Fonte: Autora (2016)

Figura 84: Sala para produção de som



Fonte: Autora (2016)

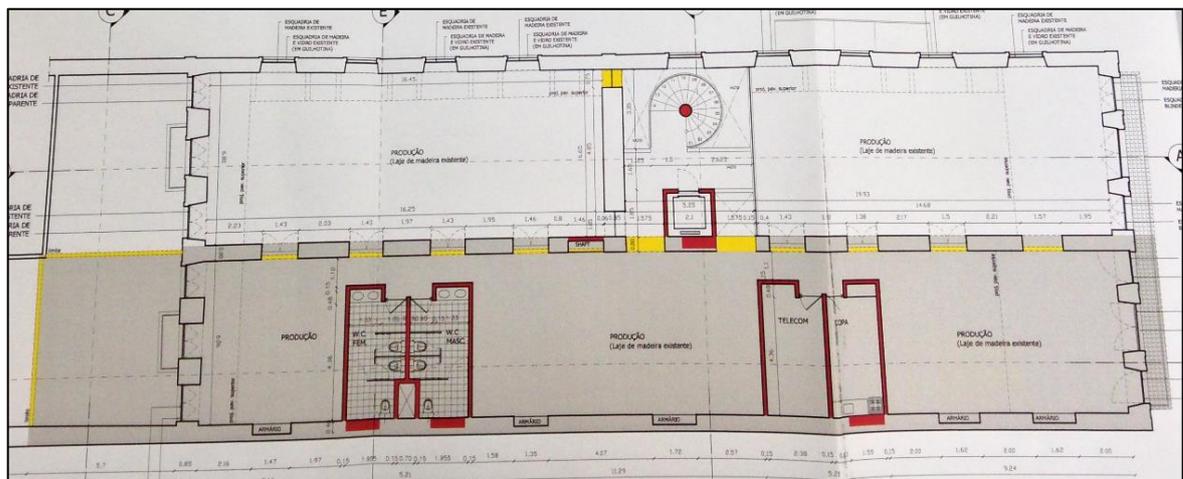
Figura 85: Térreo - área de produção

Fonte: Autora (2016)

Figura 86: Térreo - área de produção

Fonte: Autora (2016)

O mezanino, apresenta sala de capacitação, produção (com banheiros) e laboratório de multimídia.

Figura 87: Planta baixa mezanino – imóvel nº 181 e 175

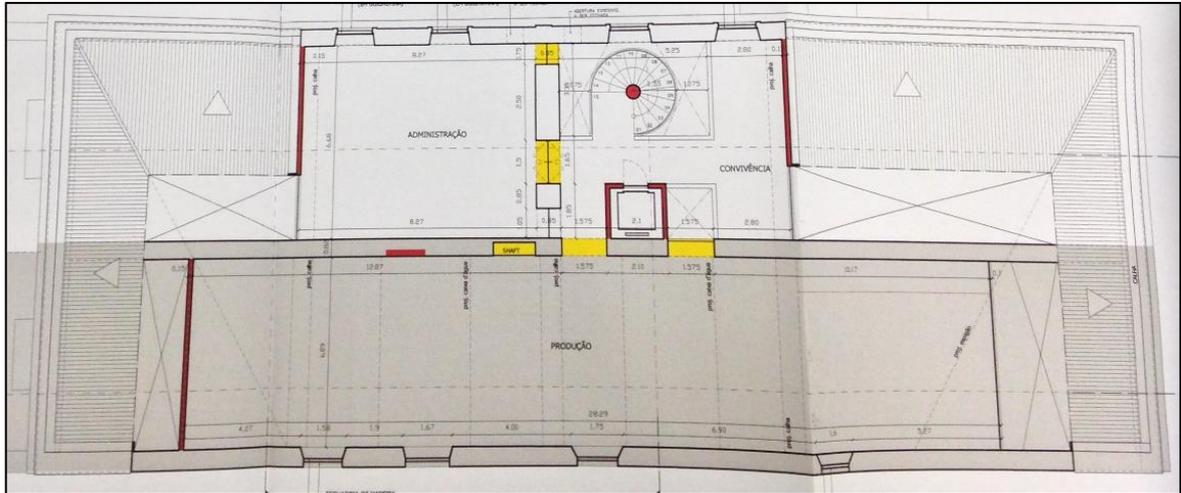
Fonte: Iphan (2002)

Figura 88: Empresa instalada em uma das salas de produção existentes no mezanino

Fonte: Autora (2016)

O segundo pavimento apresenta a diretoria, uma recepção, salas de produção (com copa, sala de reunião, banheiros e depósito).

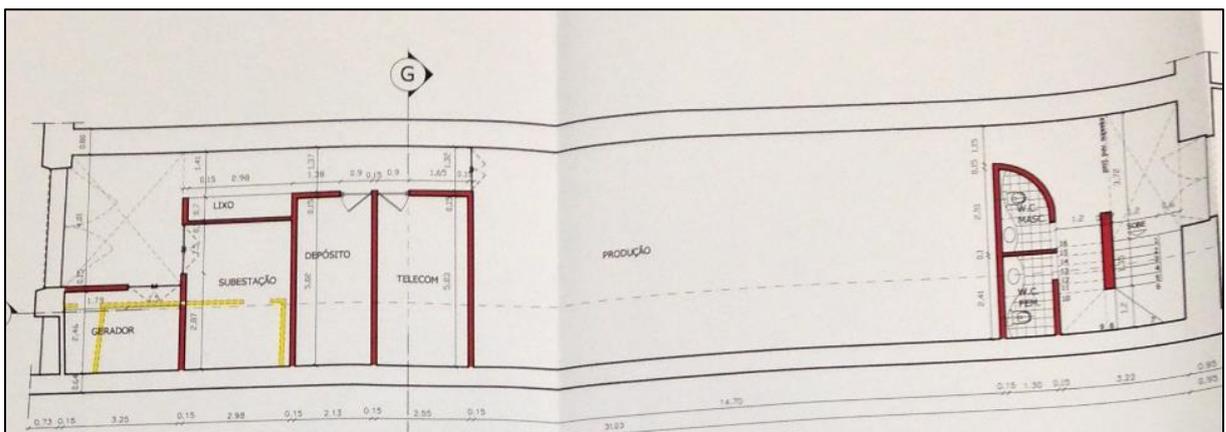
Figura 89: Planta baixa - segundo pavimento



Fonte: Iphan (2002)

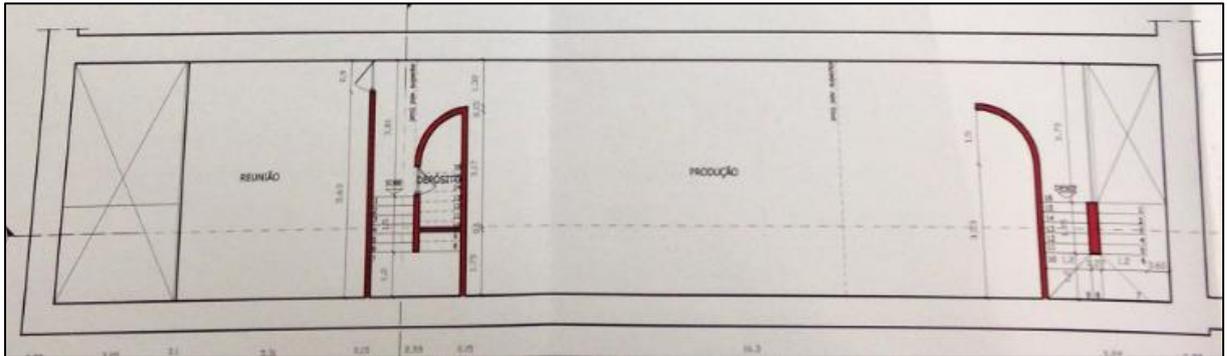
O imóvel voltado para o Cais do Apolo, 212, apenas com dois pavimentos (térreo e mezanino), está disposto da seguinte forma: no térreo área de produção, de serviços (subestação, gerador, depósito e banheiros) e no mezanino área de reunião e produção.

Figura 90: Planta baixa – pavimento térreo imóvel 212



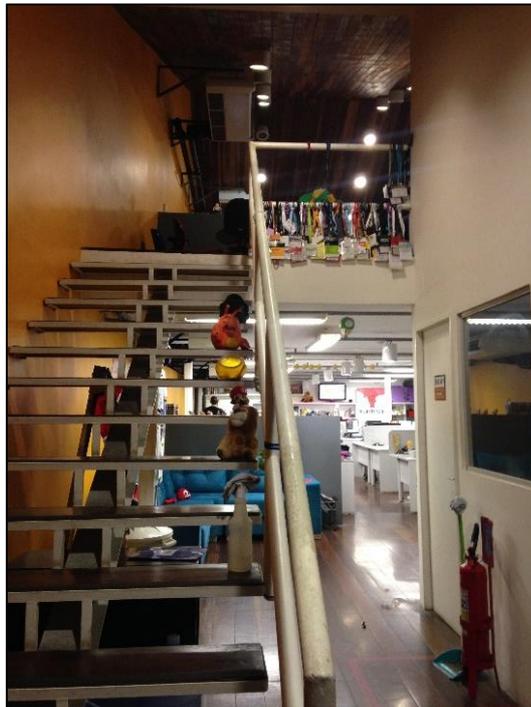
Fonte: Iphan (2002)

Figura 91: Planta baixa - segundo pavimento imóvel 212



Fonte: Iphan (2002)

Figura 92: Vista interna do imóvel 212



Fonte: Autora (2016)

A interligação dos imóveis foi dada através dos arcos recuperados e mantidos (Figura 93 e 94). O pé direito do imóvel, de 4,64 metros foi mantido no pavimento térreo, para preservar a altura do pé direito relevante encontrados nas edificações históricas (Figura 97).

Figura 93 - Arcos existentes



Fonte: Iphan (2002)

Figura 94 Arcos restaurados



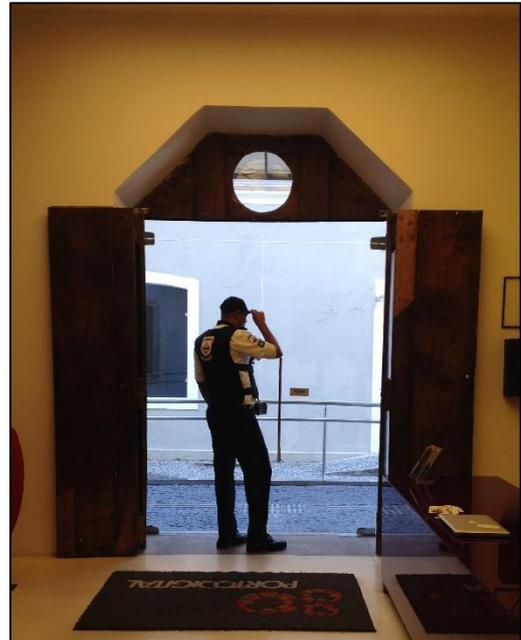
Fonte: Autor (2016)

Figura 95 - Vista interna da porta central no térreo antes da restauração



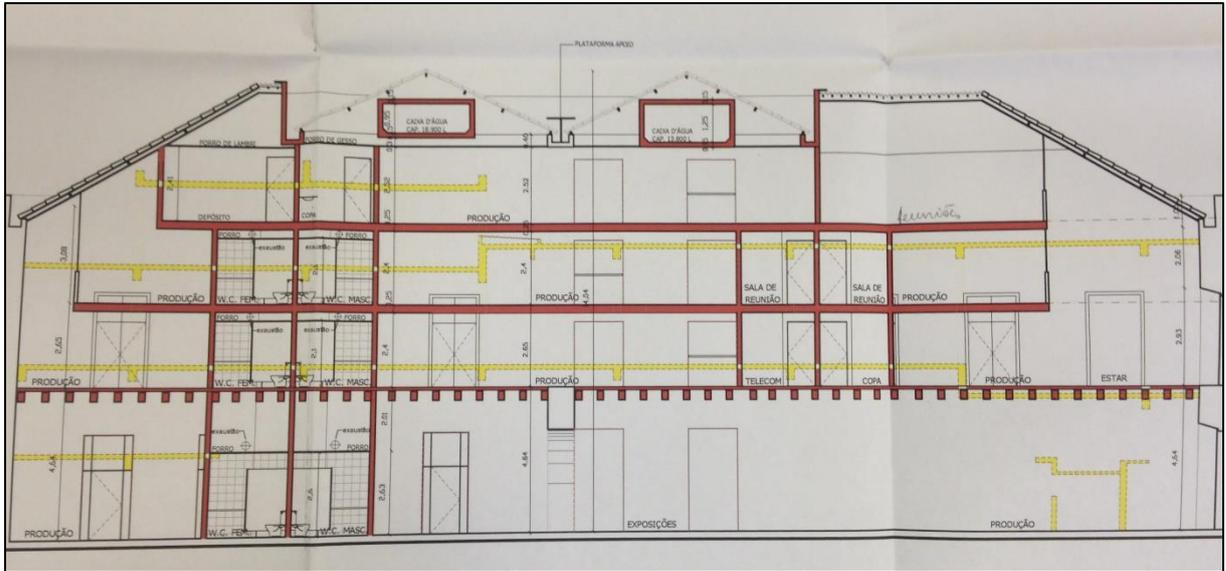
Fonte: Iphan (2002)

Figura 96 - Vista interna da porta central no térreo após restauração



Fonte: Autor (2016)

Figura 97 - Corte, destacando altura do pé direito do térreo, com 4,64 metros, diferente dos outros pavimentos, com aproximadamente 2,45 metros – imóveis nº 181 e 175



Fonte: Iphan (2002)

No último pavimento, o projetista optou por usar forro de madeira, seguindo inclinação da coberta.

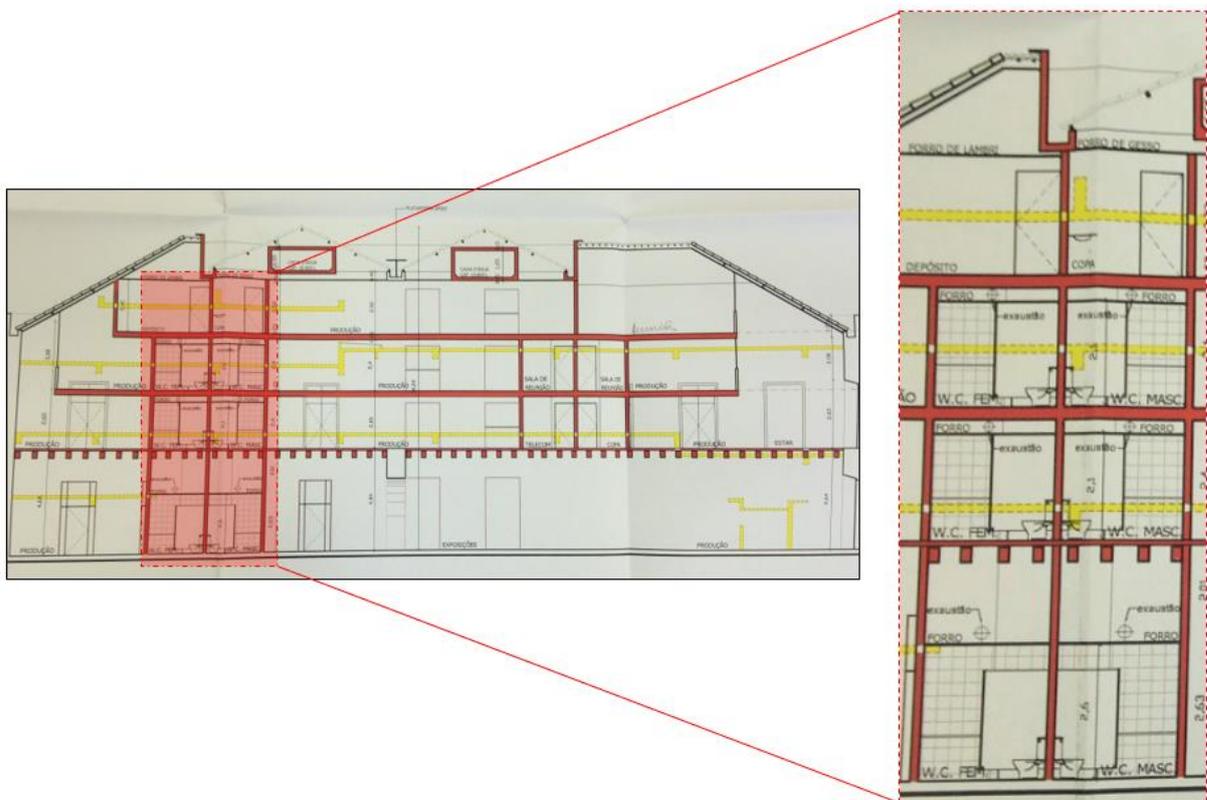
Figura 98 - último pavimento do imóvel Cais do Apolo nº 212, sem uso de forro de gesso



Fonte: Autor (2016)

Através de pesquisa a documentação do Iphan, foi visto que em dezembro de 2001, foi encaminhado para análise o projeto para intervenção dos imóveis nº 181, 175 e 212. Em janeiro de 2002, os técnicos do Iphan realizaram visita a obra onde foram expostos que a edificação de nº 175, localizada na Rua do Apolo já havia sido restaurada, a partir daí foram demolidos todos os elementos descaracterizados do bem, como visto anteriormente. Foi solicitado que os banheiros inicialmente propostos para o projeto, localizados no centro da edificação, deveriam ser reavaliados, de modo a atender as exigências de abertura de poço de iluminação e ventilação, visto que estes não estavam voltados para o exterior (solução proposta em figura 99). Para solução de interligação entre os imóveis localizados na Rua do Apolo com o imóvel do Cais do Apolo, houve a demolição dos muros existentes, em alvenaria, que segundo o Iphan, tinham pouca importância, para o imóvel, sendo uma solução aprovada pelo órgão, possibilitando a distinção das edificações (imagem 100 e 101), entretanto, vale salientar que as paredes de fundo do terreno das edificações nº 181 e 175 tinham pouca importância, porém, a parede que delimita o fim da edificação, continua existente, sem alterações.

Figura 99 - Solução proposta para os banheiros: exaustor com saída para cobertura estando no mesmo nível da edificação.



Fonte: Iphan (2002), editado.

Figura 100 - Interligação dos imóveis através da demolição da parede em alvenaria



Fonte: Iphan (2002), editado.

Figura 101 - Vista da interligação entre imóveis da Rua do Apolo com o do Cais do Apolo



Fonte: Autora (2016)

Em março de 2002, foi constatado um novo parecer, destacando que o Iphan sugeria que fosse mantido nos imóveis de nº 181 e 175 localizados na Rua do Apolo os pisos do primeiro

pavimento em assoalho, gerando uma condição para adequar a preservação do espaço (Figura 102).

Figura 102 - Sala do primeiro pavimento com piso em madeira



Fonte: Autora (2016)

Quanto a necessidade de climatização do imóvel, foi permitido que fossem colocadas portas em vidro temperado, visando que estas estariam voltados para parte interna do imóvel, não causando leitura indesejáveis nas fachadas do imóvel, entretanto só proposto essa solução visto que, as portas da fachada voltada para Rua do Apolo, não tem mais função de porta. Foi então em abril de 2002, que o projeto foi aprovado.

5.6 FCA

O imóvel que abriga a sede da FCA – Fiat Chrysler Automobiles – no Recife, é o imóvel localizado na Rua do Apolo, número 213 instalado no Bairro do Recife.

Figura 103 Localização - FCA



Fonte: Unibase Recife (2015), modificada pela autora.

Figura 104 - Fachada Rua do Apolo



Fonte: Autora (2016)

Figura 105 - Fachada Cais do Apolo

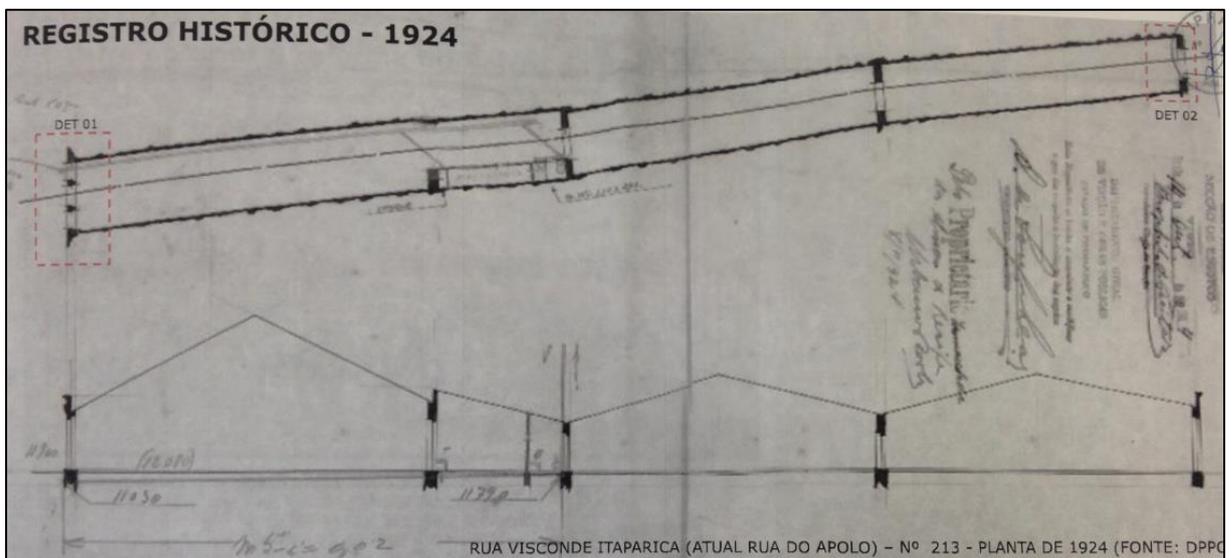


Fonte: Google Maps (2016)

A edificação está inserida em uma quadra com características das construções de meados do século XIX, como abordado na Informação Técnica do Iphan nº28/MS/2011.

O imóvel apresenta duas fachadas, uma voltada para Rua do Apolo e outra para o Cais do Apolo, com característica de lote estreito e comprido. Provavelmente, a edificação tratava-se de dois imóveis independentes, um voltado para cada rua, cada um abrigando apenas um pavimento e coberta, com duas águas e cumeeira paralela a via, visando que supostamente, a inserção da edificação no meio dos volumes foi inserida em algum momento da história (Figura 106). Entretanto, não há informações aprofundadas sobre este assunto como afirma o documento registrado no Iphan de nº 01498.000953/2011-57.

Figura 106- Registro histórico do ano de 1924, referente ao corte e planta baixa da edificação.



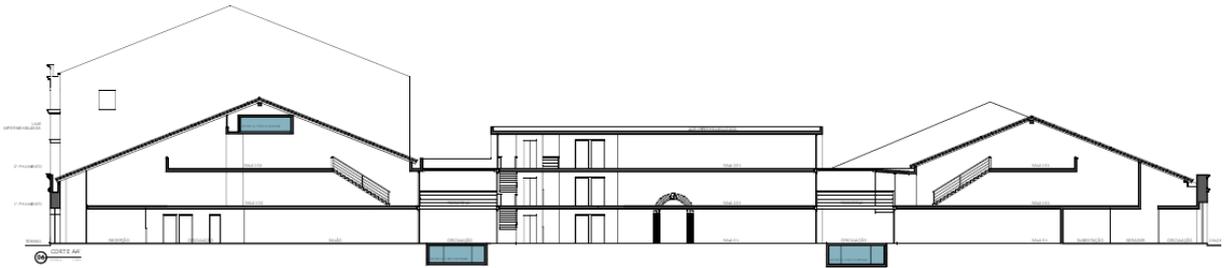
Fonte: Iphan (2011)

O projeto apresentado, de autoria do escritório Metro Arquitetura, buscou a requalificação do imóvel, permanecendo com o partido de três blocos distintos, sendo o volume intermediário coberto por uma laje plana, segundo projetista, possibilitando um melhor aproveitamento vertical do conjunto (Figura 107 e 108).

Figura 107 Planta de coberta

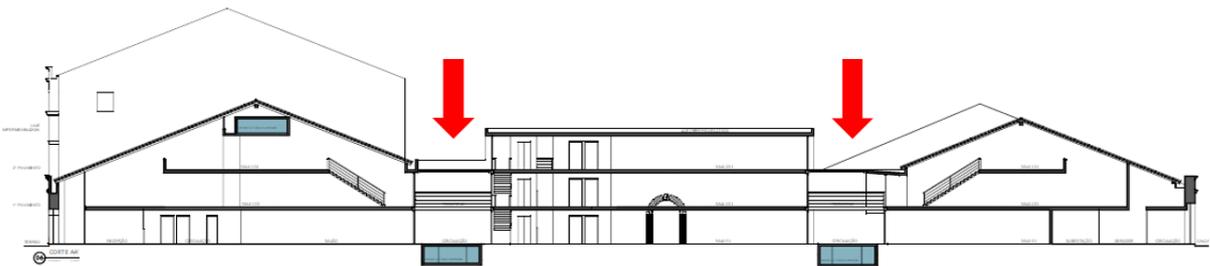


Fonte: Metro Arquitetura [2012]

Figura 108: Corte

Fonte: Metro Arquitetura [2012]

Na primeira edificação, a que possui fachada voltada para a Rua do Apolo, foi restaurada a configuração da cobertura original, através da inclinação detectada no imóvel por meio da cumeeira e como parte nova da edificação, foi inserido um mezanino. A interligação entre os imóveis foi concebida através de uma passarela sem cobertura (Figura 109 a 111).

Figura 109: Corte com destaque para interligação dos imóveis

Fonte: Metro Arquitetura [2012]

Figura 110: Vista da parte sem coberta e passarela entre o primeiro pavimento

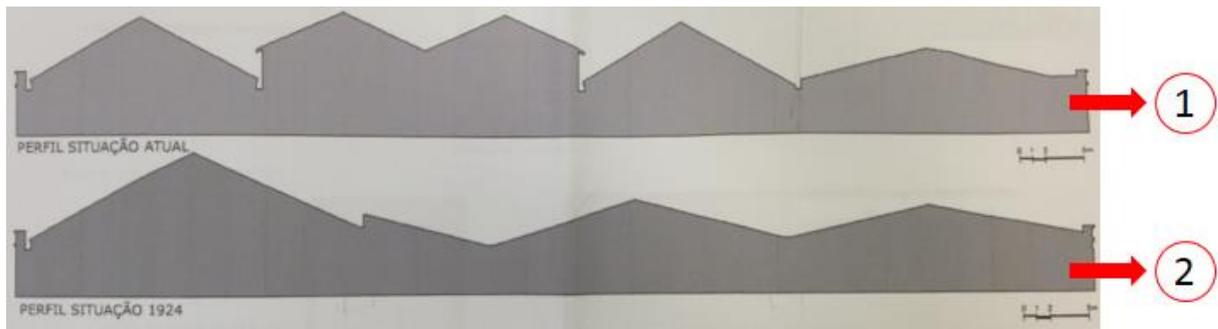
Fonte: Humberto Zirpoli [2012]

Figura 111: Vista da parte sem coberta e passarela entre os blocos

Fonte: Humberto Zirpoli [2012]

O segundo bloco, antes da intervenção, estava descaracterizado, devido a uma antiga intervenção¹⁶ (figura 112), sendo demolido e construído novamente apresentando laje impermeabilizada. Já o terceiro imóvel, tem configurações semelhantes ao primeiro volume.

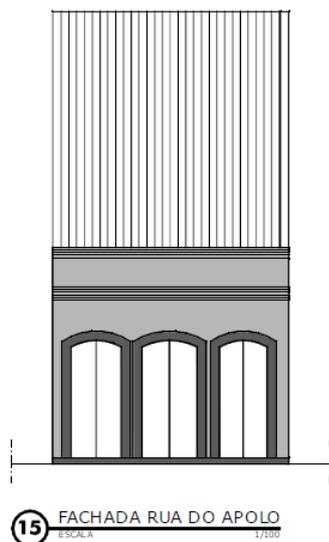
Figura 112 - Situação da intervenção ocorrida no imóvel anterior a intervenção de 2012 (1) e a situação do imóvel em 1924 (2).



Fonte: Iphan (2011)

O imóvel, segundo parecer técnico do Iphan¹⁷, apresentava em sua fachada três portas (Figura 113) as quais encontravam-se em estado regular, entretanto atualmente com apenas uma porta (Figura 114), divergindo do projeto aprovado no Iphan.

Figura 113 - Fachada Rua do Apolo representada no projeto com três portas



Fonte: Metro Arquitetura [2012]

Figura 114 Fachada atual da Rua do Apolo



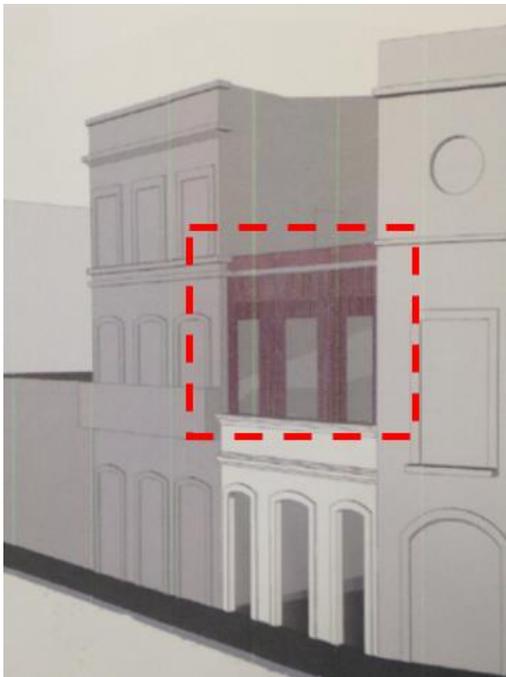
Fonte: Autora (2016)

¹⁶ A pesquisa não teve acesso a informações aprofundadas sobre esta intervenção e nem do ano desta.

¹⁷ Ipha-PE, informação nº 28/MS/2011

O projeto foi encaminhado ao Iphan em 06 junho de 2011 para análise. O Iphan então apresentou em 10 de junho de 2011 algumas considerações a serem feitas no projeto. Considerações estas relativas ao projeto encaminhado, onde foi verificado que o projetista, segundo ofício de nº 28/2011, havia proposto que a fachada tivesse dois pavimentos e internamente, que esta tivesse três pavimentos, gerando um conflito interpretativo do imóvel, visando que acabaria por sugerir que o monumento, em algum momento da história, possuiu mais do que um pavimento.

Figura 115 - perspectiva com destaque para a proposta de criar um novo pavimento



Fonte: Iphan (2011)

Figura 116 – perspectiva geral da proposta com a edificação voltada para Rua do Apolo com dois pavimentos



Fonte: Iphan (2011)

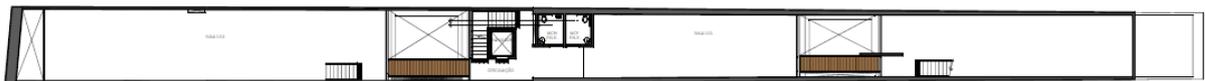
O programa da Fiat previa que a edificação abrigasse os seguintes usos, conseqüentemente distribuídos da seguinte forma em seus pavimentos:

Para o térreo (Figura 115), foi visto que este abrigasse uma recepção, um salão, dois pátios externos, banheiros, duas salas para produção e áreas de serviço/ técnica, comportando lixo, gerador e subestação.

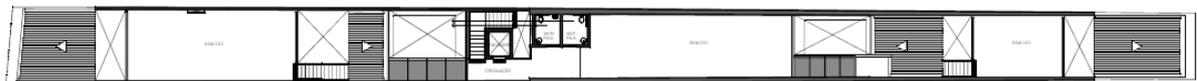
Figura 117 - Planta baixa térreo

Fonte: Metro Arquitetura (2012)

O primeiro pavimento e o segundo (figura 118 e 119), são respectivamente parecidos quanto seus usos, visando que estes abrigam três salas em cada pavimento, sendo as salas dos volumes voltados para o Cais do Apolo e Rua do Apolo adequadas com o mezanino, constituindo um segundo pavimento. Também comportam banheiro em seus respectivos andares.

Figura 118 - Planta baixa primeiro pavimento

Fonte: Metro Arquitetura (2012)

Figura 119 -Planta baixa segundo pavimento

Fonte: Metro Arquitetura (2012)

O parecer técnico do Iphan, sugeriu que fosse feito prospecções físicas tanto no piso, fundações, paredes e empenas das edificações e depois disso, que fosse recomposta as aberturas da fachada principal, por acreditarem na existência de soleiras e ombreiras em pedra de lioz ou arenítica. Para as demais, o Iphan admitiu a construção de uma nova edificação (o volume do meio) de até 8,50 metros de altura, considerando a supressão do mesmo, advertindo que este deverá ter afastamento de 5 metros tanto do volume voltado para Rua do Apolo quanto o voltado para o Cais do Apolo. Esta estratégia adotada pelo Iphan, foi provavelmente para garantir a leitura da conformação urbana preliminar, visto que as edificações preenchem seu lote por completo, onde antigamente, havia um quintal no fundo do terreno. Com a proposta, apesar de não existir mais o quintal, esse afastamento garante a leitura do que fora antes.

Foi então em 20 de junho de 2012 através do ofício nº 0651/2012 onde consta a aprovação do projeto.

5.7 Análise comparativa dos estudos de caso

A partir da análise dos estudos de caso apresentados e sobre os conceitos que fundamentam este trabalho, foi possível verificar diferentes abordagens para intervenções em edificações de caráter histórico que, ao mesmo tempo em que permitem a adequação da edificação a usos contemporâneos mantêm características que o tornaram patrimônio nacional. Salientando que o recorte para a elaboração dessas análises foi o Bairro do Recife, considerado patrimônio histórico e artístico nacional.

As edificações selecionadas como estudo de caso para este trabalho, condiz a um setor de intervenção controlada, vigente na lei municipal LUOS (nº 16.176 de 1996). Como mencionado anteriormente, este setor tem por objetivo que as ações públicas dinamizem os usos das atividades na área e valorizem as características predominantes tanto ao seu traçado urbano quanto ao conjunto edificado

Nos sete estudos de casos analisados, foi perceptível que as fachadas das edificações passaram por restaurações, sempre buscando manter a conformação existente, preservando assim as características de conjunto arquitetônico, sendo julgadas pela significância cultural do Bairro. Foi nesse sentido, por exemplo, que no caso da FCA, não foi autorizada a mudança da fachada de modo a evidenciar a solução em mais de um pavimento.

É nesse sentido também que surgiu o impasse do Imóvel nº183 da Rua do Bom Jesus. Neste caso, o impasse é que é certo que existira ali um beco, ligando a Rua do Bom Jesus a Rua Domingos José Martins, mas que não se sabe ao certo o momento de seu fechamento. A pesquisa desenvolvida sugere, entretanto, que o fechamento se deu desde 1648. Neste caso, antes da reforma que deu ao bairro sua feição eclética, que se mantém até hoje. De modo que aqui foi necessário definir a época mais relevante para ser evidenciada pela proposta, sendo escolhido o pós intervenção.

Um caso parecido pode ser encontrado na análise da Casa de Actus, onde também existia um beco (Figura 120), porém este foi fechado com gradis, sendo integrado a casa, diferenciado do caso anterior por este está ainda aparente na fachada do imóvel.

Figura 120 – Beco fechado com gradis



Fonte: Google Maps (2016)

Se, por um lado, externamente as edificações sofreram poucas intervenções a fim de manter as características do conjunto arquitetônico tombado, internamente, foi preciso que essas edificações se adaptassem ao novo uso, sendo assim, passíveis de técnicas contemporâneas em seus projetos intervencionistas.

Para adaptação de novos usos no bem imóvel, é necessário antes de mais nada, verificar quais usos são possíveis para propor a reutilização do bem. Quando a edificação se encontra em estado avançado de arruinamento, normalmente ocas em sua parte interna, e só com as paredes externas, “casca”, garantindo a sustentação do volume, o projetista tem maior liberdade quanto a construção interna.

Visto isso, a Caixa Cultural, traz consigo a adaptação do imóvel para abrigar um centro cultural, onde foi visível a adaptação deste para novos usos. O imóvel como visto anteriormente, passou por análise técnica do Iphan onde foi percebido uma disparidade de informações, em razão do elevador hoje instalado na edificação não corresponde com a análise técnica que solicitou para que o elevador existente fosse restaurado e colocado porta pantográfica. Em visita ao edifício, foi notado que o elevador foi reconstruído de forma contemporânea, havendo disparidade de informações.

Contudo, por tratar-se de um imóvel de destaque as características internas também são relevantes para a preservação do conjunto arquitetônico. De modo que a solução executada, que difere daquela aprovada, com um elevador contemporâneo não favorece a edificação. Isso

porque o elevador existente tem um aspecto contemporâneo. De fato, isso acontece com outros elementos no próprio edifício, como o mezanino. Entretanto, a maior diferença entre eles é que, enquanto o mezanino é apresentado como um volume independente, que quase não “toca” na edificação existente, o elevador é parte da própria edificação, não sendo possível perceber onde acaba a edificação histórica e onde começa o elemento contemporâneo

O imóvel conta também com adaptações para uso contemporâneo, visando a distinguibilidade de elementos como apontado por Camillo Boito (1836 – 1914) em sua teoria, onde afirma que deve ser destacado os elementos antigos dos elementos introduzidos. O projeto para o imóvel prevê também a mínima intervenção, conceito adotado por Cesare Brandi (1906 - 1988)¹⁸, visto nas adaptações feitas para o mezanino, em estrutura leve e afastada da esquadria e com as tubulações expostas dos condicionadores de ar, essas características podem ser ratificadas também na Carta de Burra (1999), a qual evidencia que as modificações feitas para o novo uso sejam adotadas com caráter reversível ou que requeiram um impacto mínimo.

Seguindo com os estudos de caso, o edifício Porto Mídia, localizado na Rua do Brum e o edifício da FCA, localizado na Rua do Apolo, estes têm considerações similares, visto que compreendem volumes supostamente distintos, que passaram a ser interligados entre si, contudo, evidenciam externamente a independência dos imóveis, mesmo possuindo uma ligação interna entre eles, salientando que estes tiveram restrições com a análise interna¹⁹. Vale destacar que para estes casos, por ter fachadas voltadas para o Cais do Apolo com características de galpão, na ausência de informações de compreensão das fachadas destes imóveis, se preferiu entender o aspecto do galpão como consolidado e representativo da história do Bairro.

O imóvel da FCA, possui um volume interligando as edificações, este todo contemporâneo. A autorização para construção deste volume foi possível prevendo que este fica escondido através dos volumes existentes, podendo ser comparado a considerações estabelecidas na Carta de Veneza de 1964, onde prevê que os acréscimos podem ser executados desde que respeitem a constituição da edificação e sua relação com o entorno. Uma disparidade encontrada nas plantas aprovadas pelo Iphan com relação ao imóvel da FCA, é com relação a fachada principal, nela, apresentada anteriormente, existiam três portas, hoje existe apenas uma, enquanto as outras duas viraram “esquadrrias”. Apesar de ter sido executado em desacordo com o projeto aprovado,

¹⁸ É necessário ressaltar que o teórico Cesare Brandi sintetizava seus conceitos para obras de arte, porém, sua teoria pode ser adaptada com cautela para análises de projetos intervencionistas.

¹⁹ Restrições para análises internas tanto em relação a fotografias quanto em vistorias. As análises desses imóveis foram feitas através de documentos do Iphan e informações disponibilizada pelo projetista.

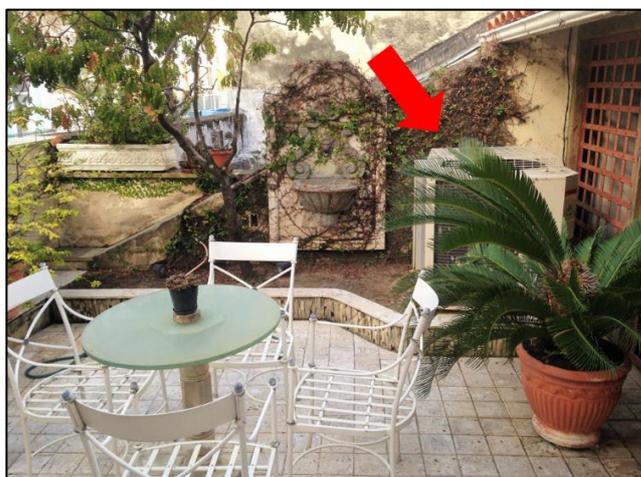
esta nova solução possivelmente seria passível de aprovação, visto que não houve uma descaracterização da fachada. A substituição de portas por esquadrias, ainda são passíveis de compreender a leitura anterior a essa modificação.

O Empresarial Bom Jesus, foi adaptado para novo uso antes do tombamento do Iphan em 1998, entretanto, este tem características internas totalmente adaptadas para o novo uso. O grande desafio dessa edificação, quando este passou por uma nova análise para intervenção dessa edificação, foi a aprovação do projeto devido as condições dadas pelo Iphan, o qual insistia que fosse reconstituído um beco que desde antes do tombamento já não existia. Esta atitude do órgão responsável pelo patrimônio foi um considerada um pouco crítica, e depois de muitas tentativas de encaminhamento do projeto, finalmente este processo obteve aprovação.

Outro ponto criticado na análise da intervenção do Empresarial Bom Jesus foi relativo à sua cobertura, entretanto, foi aceita a restauração do bem sem a perda desta cobertura, visto que foi também anterior ao tombamento do Bairro.

Um caso similar ocorre na Casa de Actus, entretanto, este não foi alvo de discussão visto que o projetista, nesta intervenção, não criou um terraço propriamente dito, mas sim, uma “laje técnica” para abrigar equipamentos externos condicionadores de ar, entretanto, esta laje, atualmente funciona como terraço, abrigando apenas um equipamento (figura 121 e 122).

Figura 121 - Laje técnica” funcionando com terraço



Fonte: Autora (2016)

Figura 122 - Equipamento em “laje técnica”



Fonte: Autora (2016)

Para Camillo Boito (1836 – 1914), a edificação poderia ter elementos que substituíssem elementos com características históricas, podendo ser observado no piso em madeira e o novo elevador com porta pantográfica, se integrando de forma harmoniosa ao edifício, sem cometer um falso histórico.

Por fim a Porto Mídia, localizado no Apolo nº 181, 175 e Cais do Apolo nº 212, tem como partido zelar pela recomposição de elementos ainda íntegros na edificação. Esta edificação é antiga e recebe tecnologia de última geração, como visto anteriormente, devido ao caráter da empresa que sedia a edificação, sendo uma empresa de tecnologia vinculada ao Porto Digital.

Entretanto, a fachada do Apolo nº 181, esta descaracterizada com uma coberta na entrada principal do edifício, esta nunca existente na fachada desse imóvel (Figura 123 e 124). Tem uma rampa de acessibilidade acatada pela Prefeitura do Recife por encontrar-se em rua de pedestre.

Figura 123 - Fachada após restauração



Fonte: Autora (2016)

Figura 124 - Fachada prévia a restauração



Fonte: Iphan [2001]

Em análise geral, alguns elementos são considerados em todos os imóveis aqui analisados, como por exemplo a criação de mezaninos, devido à altura do pé direito, solução essencial para que as edificações consigam, de fato, se adequarem ao novo uso proposto. A criação desses mezaninos, ou mesmo a criação de pavimentos inteiros, com pé direito reduzido, acabam possibilitando significativo aumento da área construída nestas edificações, tornando possível que essas tenham condições de receber os usos propostos.

Quanto aos equipamentos condicionadores de ar, fundamentais nestas intervenções, eles ficam suprimidos dentro do lote da edificação, sem que fiquem aparentes nas fachadas das edificações.

A fachada do CESAR, localizado na Rua do Apolo, o Iphan determinou que para climatização dos espaços, faz a necessidade da utilização de vidros, sendo sugerido que estes fiquem para o interior do imóvel não comprometendo a leitura da edificação, visto que, as portas de abertura desse imóvel no pavimento térreo, não estariam mais com função de porta, após intervenção. Esse argumento deveria ser repensando para todos os imóveis localizados nesta área, quando essas portas e janelas não tiverem mais suas respectivas funções diante do projeto para novo uso, visto que o Bairro está repleto de valores, devido principalmente aos conjuntos edificados do local.

Quanto as fachadas, em todos os imóveis foi realizado uma prospecção, determinado pelo Iphan, para tentar identificar elementos arquitetônicos que pudessem ser de relevância histórica e proporcionassem a descrição da composição original do imóvel.

Outro aspecto muito comum nestas edificações é deixar uma parede sem reboco na área interna, para visualização dos tijolos constituintes da edificação na área interna ou não fazer uso de forro de gesso no ultimo pavimento do imóvel, para recordar as pessoas que utilizam o imóvel, que eles não esqueçam que estão em uma edificação histórica.

O reuso, dessas edificações são sempre desafiadoras tanto para os projetistas quanto os interessados em instalar algum uso na edificação, visto que adaptar o uso a uma edificação antiga, com tantos detalhes para preservação se torna uma tarefa árdua. Porém, mesmo com esses desafios, com essas limitações, as possibilidades de possíveis usos se tornam infinitas. O mais importante é trazer de volta ao edifício a importância deste como objeto de valor, lembrando sempre que a edificação precisa ser revitalizada, pois é o uso que mantém o edifício em conservação permanente, esta teoria pode ser aplicada também a Carta de Atenas de 1931, que afirma que o uso do monumento deve ser mantido para garantir a continuidade de sua vida histórica e cultural, sem prejudicar o estilo de nenhuma época, respeitando seu caráter histórico e artístico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando a preservação do patrimônio histórico, considerado fundamental na memória de uma população, foi constatado que de um modo geral, a maneira mais eficaz de preservar e mantê-lo requalificado é através da reutilização. As intervenções em edificações históricas, atualmente tem contribuído com este objetivo, visto que é através destas intervenções que podemos considerar a dinamização geral de sítios históricos, como apontado no Bairro do Recife.

O Bairro do Recife, discutido no capítulo quatro, é considerado patrimônio cultural da cidade do Recife devido a sua significância cultural. Repleto de valores históricos, arquitetônico e urbanísticos, este sítio deve permanecer em constante preservação para que não entre em degradação. Para que isto ocorra, é necessário que o Bairro esteja vivo, habitado e em uso constante, para tal, nada melhor do que propor funções contemporânea a este local de modo que seja possível manter o diálogo entre o novo e o antigo.

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo identificar como e se as intervenções em edificações históricas estão se adaptando as necessidades contemporâneas ao mesmo tempo em que mantém seus atributos históricos. Visto isso, podemos atestar esse objetivo de tal forma que as edificações analisadas para compreensão desta pesquisa apresentaram todo o programa exigidos para a reutilização do imóvel, com a demanda exigida para o ideal funcionamento do projeto, apresentando um constante diálogo entre o histórico e o moderno. É importante destacar que todos os projetos apresentados nesta pesquisa foram aprovados pelo Iphan.

Ficou evidente que para realização destes projetos, algumas dificuldades foram encontradas como a função do projetista em conciliar a preservação das edificações com o atendimento as demandas projetuais contemporâneas.

Apesar das dificuldades entre a adaptação destas edificações para atender a demanda dos novos usos propostos, os caminhos para realização dos projetos são inúmeros. Os casos apresentados, constataram que foi possível essa adaptação, salientando também que os usos estudados foram para usos diferenciados, apresentando a variedade de propostas que podem existir em edifícios históricos.

A análise aqui desenvolvida foi importante na medida em que ajuda a esclarecer o mito de que bens tombados devem ser congelados e que estes não podem sofrer alterações nenhuma. O que se tem são restrições de intervenção, mas uma diversidade de soluções.

Apesar desta ser uma pesquisa analítica, os resultados aqui expostos servirão também como uma premissa para intervir nestes tipos de edificação. Portanto, é preciso enfatizar de que onde há edificações desocupadas, há espaços para uma nova utilização e lembrar de que preservar é preciso, o legado da população depende destas preservações.

A partir desta pesquisa, demais pesquisas podem ser desenvolvidas, como por exemplo, novos estudos visando intervenções ocorridas em outros bens patrimoniais existentes na região, simultaneamente a esta, o aprofundamento desta análise pode desencadear no desenvolvimento de um “Manual de Boas Práticas”, a exemplo do que já foi realizado para cidade de Olinda.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo Reynaldo Maia. **Valores do Recife: O valor do solo na evolução da cidade.** Recife: Luci Artes Gráficas Ltda, 2009.

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. **Edifício Luciano Costa: um enfoque apositivo.** São Paulo, 1999.

BOEHS E MAFFEZZOLLI. **Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa.** Rev. FAE, Curitiba, v.11, n.1, p.95-110, jan./jun. 2008

BRAGA, Márcia. **Conservação e restauro: Arquitetura.** Livro 03. [200-?]. Disponível em: <http://marciabraga.arq.br/vo/i/images/stories/pdf/MarciaBraga_arq_bras.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

BRASIL. **Constituição Federal** de 1988.

_____. **Decreto-Lei nº 25** de 1937

CARTA DE ATENAS. Atenas. [s.n], 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

CARTA DE BURRA, Burra. [s.n], 1999. Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>>. Acesso em: 04 de outubro de 2016.

CARTA DE VENEZA, Veneza. [s.n], 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 04 de outubro de 2016.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio o patrimônio urbano: modelos e perspectivas.** Belo Horizonte, Fórum Patrimônio: amb. constr. e patr. sust., 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 3. ed. São Paulo, Estação Liberdade, UNESP, 2006.

CUNHA, Claudia dos Reis e. **A atualidade do pensamento de Cesare Brandi.** Resenhas Online, São Paulo, ano 03, n. 032.03, Vitruvius, ago. 2004 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

CUNHA, Claudia dos Reis e. **Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos.** Resenhas Online, São Paulo, ano 05, n. 054.02, Vitruvius, jun. 2006 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138>>. Acesso em: 02 de julho de 2016.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ. Amsterdã. [s.n], 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Iphan, 2005.

LACERDA, Norma; MARINHO, Geraldo; ZANCHETI, Silvio Mendes. **Revitalização do Bairro do Recife: plano, regulação e avaliação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HISTÓRIA E HISTÓRIA. **O engenheiro Saturnino de Brito e o Urbanismo sanitário**, 2012. Disponível em: <
http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=435#_ftn3> Acesso em: 22 de novembro de 2016.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **A restauração de monumentos históricos na França após a revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico**. Revista CPC. São Paulo, n.3, p. 110-144, nov.2006/abr.2007. Disponível em: <
<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15601/17175>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

LACERDA, **Intervenções no Bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre a sua legitimidade**. Brasília: Sociedade e Estado, 2007.

LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LEITE, Rogério Proença; PEIXOTO, Paulo. **Políticas urbanas de patrimonialização e contra revanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto**. 2009.

LORETTO, Rosane Piccolo; FREITAS, Marcelo. **Proposta de Preservação do Bairro do Recife: Rerratificação do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife; 2012 [não publicado]**.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **O pensamento de John Ruskin**. Resenhas Online, São Paulo, 074.03, fev. 2008. Disponível em: <
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

PERES, Rodrigo Sanches; SANTOS, Manoel Antônio. **Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia**. São Paulo: Interações, vol. X, nº 20, pag. 109-126, jul-dez 2005.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, NAIRÓBI, [s.n], 1976. Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

RECIFE. **Plano Diretor da Cidade do Recife**, 2008.

SILVA, Susan Katharine da. **Mudanças e permanências: os valores atribuídos ao bairro do Recife**, 2015.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Revista de História e Estudos Culturais, 2010. Disponível em: <
http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_M AIO_AGOSTO_2010.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

VENTURA, Magda Maria Ventura. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Rio de Janeiro: Rev. SOCERJ, 2007

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos**: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Série Artes & Ofícios. São Paulo, Ateliê Editorial, 2006.

ZANCHETI, Sílvio. **O sistema de conservação de áreas urbanas de interesse histórico e cultural no Brasil**. 1999. Disponível em:

<<http://www2.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sem3/contributions/MENDEZ.html>>. Acesso em: 03 de Novembro de 2016.